

# RELATÓRIO E CONTAS 2020/2021



A COHORT PLC COMPANY

Destaques	3
Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	4
Linhas de Produtos e Competências	6
Análise Económico-Financeira	8
A actividade da empresa	9
Proposta de Aplicação de Resultados	13
Declarações Legais	13
Considerações Finais	14
Documentos Financeiros	15
Anexo as Demonstrações Financeiras	
Relatório e Parecer do Fiscal Único	
Certificação Legal de Contas	

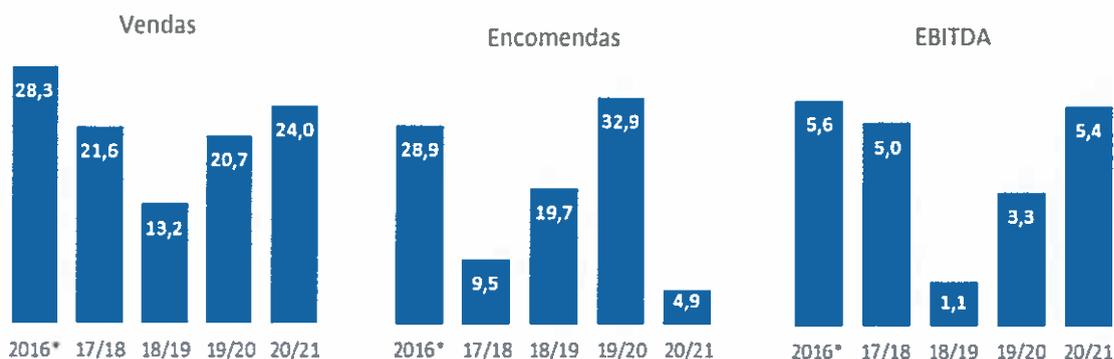


A COHORT PLC COMPANY

## **Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.**

Rua Quinta dos Medronheiros, Lazarim,  
2820-486 Charneca da Caparica  
Número único de matrícula 501 400 699  
Capital social realizado €1.100.000

No cumprimento das disposições legais e regulamentares, o Conselho de Administração da EID – Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A. apresenta o seu Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2020-2021.



\* Período de 16 meses de Janeiro de 2016 a Abril de 2017

- As vendas no exercício ascenderam a **€24 milhões**;
- O mercado externo representou **78%** do volume de negócios;
- A captação de novas encomendas cifrou-se em **€4,9 milhões**, dos quais **81%** provêm do mercado externo;
- No final do ano, o valor das encomendas em carteira era de **€22,5 milhões**;
- Os Resultados antes de Depreciação, Gastos de Financiamento e Impostos (EBITDA) foram aproximadamente **€5,4 milhões**;
- Os resultados líquidos atingiram **€3,9 milhões**, o que representa um lucro por acção de **€18,1**;
- As disponibilidades de caixa a 30 de abril de 2021 ascendiam a cerca de **€8,8 milhões**;



Apesar dos desafios da pandemia COVID-19, a EID teve um ano operacionalmente forte com um volume de negócios de € 24 milhões e EBITDA de € 5,4 milhões (2019/20: € 20,7 milhões e € 3,3 milhões, respetivamente). O fluxo de caixa foi positivo, elevando a liquidez de caixa em 30 de abril de 2021 para € 8,8 milhões (2019/20: € 8,0 milhões). A entrada de pedidos de compra, de € 4,9 milhões no ano, foi desapontante, e a carteira de encomendas no final do ano foi de € 22,5 milhões (2019/20: € 41,9 milhões).

As medidas da EID em resposta ao COVID-19 foram eficazes. A nossa principal prioridade tem sido a segurança dos funcionários e visitantes e, ao longo do ano, adotamos uma abordagem rigorosa para minimizar as probabilidades de propagação do vírus. Tenho o prazer de dizer que não houve nenhuma incidência confirmada ou suspeita em resultado de transmissão do vírus entre indivíduos nas instalações da EID. No entanto, isso não nos poupou dos efeitos da pandemia. Vários funcionários foram afetados pessoalmente, alguns com gravidade e tragicamente um membro da nossa equipa pereceu como resultado de uma infeção. Outros funcionários passaram pela infeliz experiência de adoecerem gravemente ou verem falecer familiares próximos. As minhas condolências vão para todos os funcionários da EID que foram afetados por esta terrível pandemia, e os meus agradecimentos pela resiliência e coragem que demonstraram ao lidar com toda a situação.

Um acontecimento marcante para a EID este ano foi a reforma do nosso anterior Presidente Executivo, António Marcos Lopes, e a chegada de Frederico Lemos como seu sucessor. O António dedicou 37 anos à EID e esteve com a empresa desde o seu início. Em novembro de 2017, António foi condecorado com a Cruz Naval Medalha Militar de 1ª Classe do Chefe do Estado-Maior da Marinha de Portugal, em reconhecimento da sua contribuição para a Marinha e para Portugal. Agradeço-lhe pelo seu serviço dedicado e por toda a sua grande contribuição para o sucesso do negócio ao longo de tantos anos.

Frederico Lemos juntou-se a nós vindo da Embraer, onde ocupava a posição de Vice-Presidente de Vendas para Ásia, Oriente Médio, Leste e Sul da África. É formado em Engenharia e Gestão pela Academia da Força Aérea Portuguesa, ISEG, Universidade Católica Portuguesa e INSEAD. Iniciou a sua carreira como oficial da Força Aérea Portuguesa, e desde então desenvolveu uma carreira de gestão no sector Aeroespacial & Defesa. Damos-lhe as boas-vindas na EID, onde já teve impacto, desenvolvendo a estratégia da EID para os desafios de um mundo onde a tecnologia e as relações internacionais estão a mudar rapidamente.

Frederico tem participado com entusiasmo nas atividades que envolvem todas as empresas do Grupo Cohort PLC. Estou confiante de que ele será capaz de continuar a construir os sucessos já alcançados, trazendo mais tecnologia da EID para os clientes internacionais do Grupo e criando emprego e prosperidade a nível local trazendo também a tecnologia avançada do Grupo para as forças armadas portuguesas.

A EID continuou a investir na sua própria nova tecnologia em 2020/21. Adicionou mais capacidades ao sistema de intercomunicação ICC-401, agora um dos produtos líderes do seu segmento, em todo o mundo, e deu início a novos desenvolvimentos do rádio pessoal TWH-100 e do sistema de comunicações navais ICCS.

Apesar de alguns sinais otimistas, restrições resultantes da pandemia permanecem em vigor e é provável a situação não se altere por algum tempo. Com sua carteira de encomendas reduzida, a EID enfrenta alguns desafios reais no próximo ano. À semelhança de anos recentes, esperamos que as exportações venham a contribuir significativamente para a nossa receita, e a obtenção e entrega de pedidos de compra de clientes estrangeiros será vital para o nosso sucesso. É com grande satisfação que assistimos ao ambicioso programa de substituição e modernização de equipamento das Forças Armadas portuguesas, incluindo o Sistema de Informações e Comunicações Tático (SIC-T) para o exército e a aquisição de seis novos Navios de Patrulha Oceânicos para a Marinha. Esperamos ter um papel relevante nestes e noutros programas em Portugal, contribuindo para a economia, a influência internacional e a segurança da Nação.

Por fim, gostaria de expressar a minha gratidão e simpatia pelo empenho dos funcionários da EID durante o ano passado. Para muitos, foi um ano difícil e, para alguns, excepcionalmente doloroso. A sua resiliência e compromisso nessas circunstâncias difíceis permitiram à EID continuar o seu progresso já realizado em 2019/20. Em nome dos acionistas, gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer a todos.

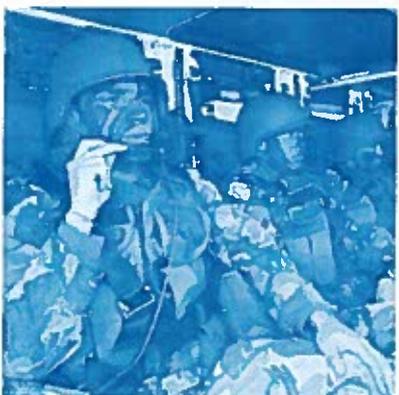
Andrew Stephen Thomis  
Presidente do Conselho de Administração

A EID desenvolveu, desde a sua fundação, um vasto leque de produtos e sistemas, inovadores e tecnologicamente evoluídos, que tem vindo a comercializar em todo o mundo. Destacam-se, entre outros:



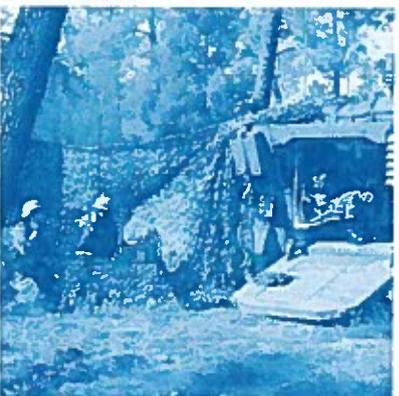
### Sistemas integrados de comunicações navais

Os sistemas integrados de controlo de comunicações para navios de guerra - SICC – foram já instalados em cerca de 165 navios de 13 marinhas diferentes. Permitem a comunicação interna entre a guarnição e o acesso às comunicações externas, de forma segura e resiliente. A mais recente versão destes sistemas (a sexta), baseada em tecnologia IP, está já operacional a bordo da fragata Van Speijk, do navio polivalente Rotterdam e do navio de suporte logístico Pelikaan da Marinha Holandesa, da fragata Leopold I da Marinha Belga e dos navios patrulha da classe Tejo da Marinha Portuguesa.



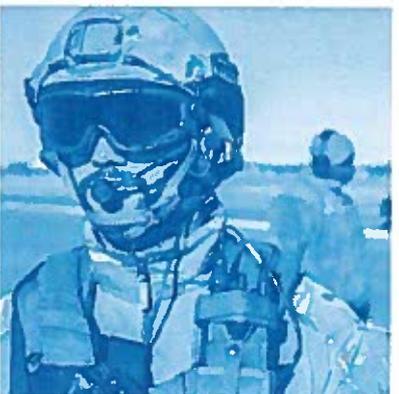
### Sistemas de Intercomunicação para viaturas Militares

Estes sistemas permitem dotar a tripulação das viaturas - desde veículos de transporte de pessoal até carros de combate - com capacidades de comunicação interna e com o exterior, esta através dos rádios instalados a bordo. Para além dos sistemas ICC-201, com elevado grau de funcionalidade, e ICC-251, mais simples e competitivos, que já equipam mais de 4.200 viaturas de forças armadas de vários continentes, temos agora disponível o ICC-401, com comunicação de dados de muito alta velocidade e um grande nível de sobrevivência, cujos primeiros fornecimentos se concretizaram já em 2020.



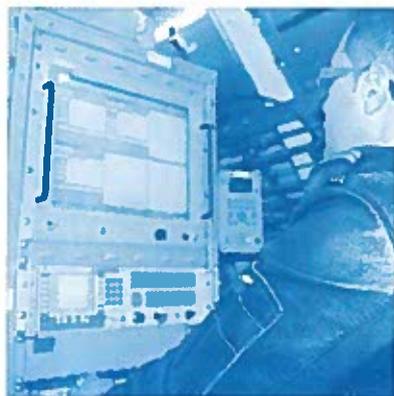
### Centrais de Comunicações Táticas

Estes sistemas permitem a comunicação a longa distância (algumas dezenas de quilómetros) com baixa assinatura eletromagnética, o que os torna interessantes em muitas aplicações. As centrais de comunicação são equipamentos muito compactos, comutam voz e dados e proporcionam interfaces para a rede pública, equipamento de rádio e de micro-ondas, redes e terminais IP. Já foram fornecidas mais de 700 centrais e 12.500 terminais para 15 países.



### Rádios Pessoais

A família TWH-100, com versões nas frequências 400Mhz e 2,4GHz e com potências entre 400mW e 1W, tem agora disponíveis interfaces USB e Bluetooth, aumentando a sua capacidade de interligação a sensores e sistemas BMS (*Battle Management System*); os modos de localização foram também reforçados pela receção de satélites Galileo e Glonass, para além de GPS. Mantendo as já conhecidas capacidades de voz e dados, a família TWH-100 constitui a base de um sistema de comunicações do soldado seguro, compacto e robusto.



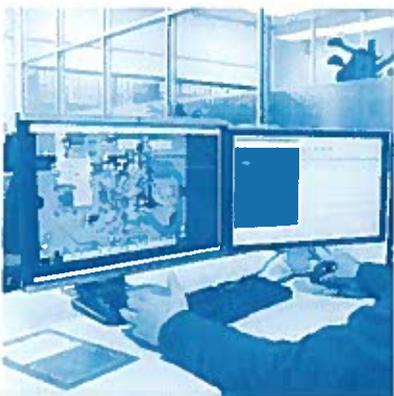
### Mensagens militares

A experiência da EID em sistemas de mensagens militares remonta à década de 80 do século passado, quando forneceu o primeiro sistema à Marinha Portuguesa. Entretanto a EID desenvolveu e forneceu uma grande variedade de soluções a forças armadas de vários países. A geração mais recente, o MMHS (*Military Message Handling System*), cumpre a norma STANAG 4406, e destina-se a aplicações tanto táticas como estratégicas. Recentemente surgiu um forte incremento na atividade dentro deste âmbito decorrente da evolução dos sistemas BRASS para o BRE1TA.



### Engenharia e integração de sistemas

A integração de sistemas complexos, quer terrestres, quer embarcados, é uma área de competência e vasta experiência para a EID. Esta capacidade requer o domínio de uma grande variedade de disciplinas da engenharia, tais como o planeamento de redes de comunicações, a definição de campos de antenas, a interferência e compatibilidade eletromagnética, o desenho mecânico, a proteção dos equipamentos contra ambientes agressivos e muitas outras.



### CAD/CAM, teste e industrialização

As equipas de desenvolvimento contam com o apoio de competências internas da empresa como gabinete de desenho assistido por computador (CAD/CAM), a engenharia de teste, que cria as ferramentas necessárias para testar exaustiva e eficientemente os diversos componentes e subconjuntos até à fase de produto final e ainda a engenharia industrial, que se encarrega de assegurar a transição da fase de protótipo para a de produção em série.



### Produção

Tendo por base elevados padrões de qualidade e uma rápida implementação das soluções por si desenvolvidas, a EID tem a sua própria unidade de produção, equipada com uma moderna linha de montagem automática, sofisticados meios de teste e de inspeção, os quais são objeto de contínua modernização.

Esta capacidade tem garantido o cumprimento atempado dos contratos de fornecimento quer de sistemas complexos que cumprem requisitos específicos (por exemplo os sistemas integrados de comunicações navais) quer de sistemas que permitem produção em série.

O valor das encomendas registadas no exercício foi de €4,9m, valor substancialmente inferior ao verificado em anos anteriores, em particular no que se refere ao mercado doméstico.

O contributo de cada uma das áreas de negócio da empresa para o valor global foi o seguinte:

	k€
Comunicações Navais	1.991
Comunicações Táticas	2.884
	<b>4.875</b>

Os contratos de fornecimento mais relevantes, firmados no decurso do exercício, foram os seguintes:

- Sistema de comunicação naval para a Marinha Holandesa
- Equipamento de comunicações rádio para o Exército Português
- Sistemas de Processamento de Mensagens Militares para clientes internacionais
- Equipamento de comunicações de campanha para a Indonésia e Austrália.

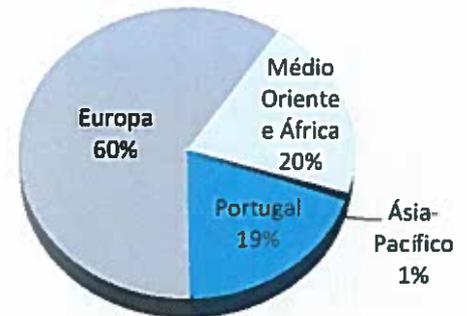
O valor da carteira de encomendas a 30 de abril de 2021 cifrava-se em €22,5 milhões.

A EID tem atualmente as suas soluções em operação em Forças Armadas de 31 países, tendo como novo mercado a Grécia, neste período.

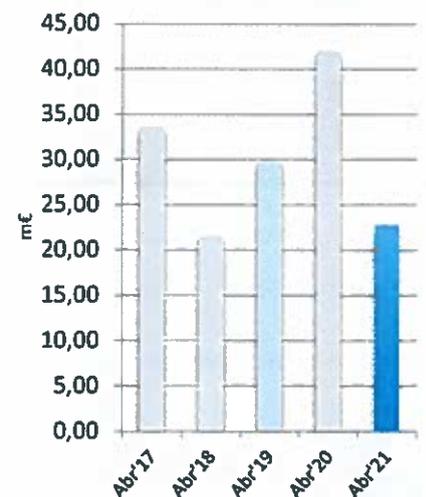


A captação de novas encomendas registou o valor de €4,9m.

### Encomendas por mercado



### Evolução da carteira de encomendas



O valor das Vendas e Prestações de Serviços cifrou-se em €24m, representando um incremento de cerca de €4m relativamente ao ano anterior. O sector de comunicações táticas foi o que mais contribuiu para o volume de negócios global (€20m).

Ainda que não tenha para já um reflexo no volume de negócios a pandemia em curso terá um impacto nos resultados de curto prazo. Este resulta das fortes limitações à atividade comercial da empresa, durante o exercício, considerado todas as presenças previstas em feiras e exposições internacionais que não foram possíveis de concretizar, bem como visitas de e a clientes, e demonstrações e reuniões exploratórias de negócio que foram igualmente adiadas.

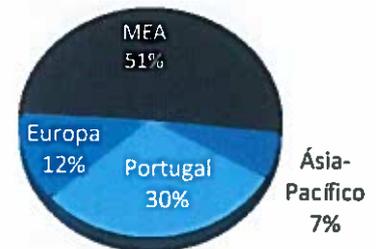
As vendas no mercado externo representaram 70% do total do volume de negócios. As exportações para o mercado do Médio Oriente assumiram pela primeira vez a maioria da atividade num exercício (51%).

Os Resultados antes de Depreciação, Gastos de Financiamento e Impostos (EBITDA) ascenderam a €5,4 milhões. A margem EBITDA é ligeiramente superior a 22% das vendas, acima da média apresentada pelas empresas do sector. Quanto aos Resultados antes de Impostos, ascenderam a €5,2 milhões. Já o Resultado Líquido foi de €3,9 milhões. O Valor Acrescentado Bruto foi de €11,4 milhões, o que representa cerca de 48% do valor das vendas no período. Os fluxos de caixa das atividades operacionais foram positivos, no montante de €0,9 milhões. A situação financeira da EID em 30 de abril de 2021 mantém-se pois francamente positiva. Como aspetos mais relevantes, salientamos o seguinte:

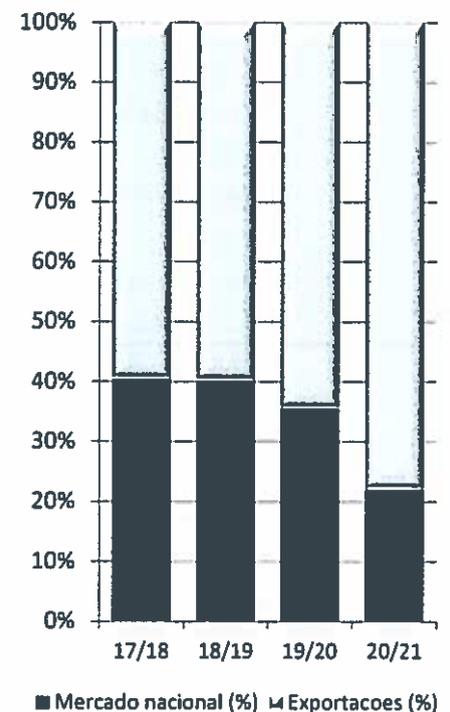
- o total do Ativo é de €25,2 milhões;
- o Capital Próprio é de €11,7 milhões, o que traduz uma Autonomia Financeira de 47%;
- o Passivo no final do período ascendia a €13,5 milhões, tendo-se verificado um aumento de 69% em relação ao exercício anterior, sobretudo devido à rubrica Acionistas;
- o Rácio de Solvabilidade situa-se em 0,9 e o Rácio de Endividamento sofreu um acréscimo de 0,66 para 1,15;
- o Fundo de Maneio permaneceu em cerca de €12 milhões;
- o Rácio de Liquidez geral recuou para 1,9 no final do exercício.

Verifica-se que os diversos indicadores se mantêm a bom nível, com uma gestão apostada na diversificação geográfica de mercados e no permanente esforço de I&D com o objetivo de assegurar a sustentabilidade da empresa no médio e longo prazo.

Distribuição geográfica das vendas



Mercado nacional vs exportações



## COMUNICAÇÕES NAVAIS

A atividade do período focou-se fundamentalmente na execução dos contratos em curso e de alguns novos contratos, sendo de salientar:

- as provas de aceitação em fábrica do SICC para Fragata Classe Vasco da Gama para a Marinha Portuguesa;
- fornecimento de racks de equipamento rádio UHF para a Marinha Belga;
- Provas de aceitação em porto e em mar do segundo navio de apoio logístico (AOR) para a Marinha Australiana e;
- Provas de aceitação em fábrica do SIC do navio de suporte logístico para a Marinha da Nigéria.

## COMUNICAÇÕES TÁCTICAS

A atividade desta área abrange: comunicações de proximidade com recurso a rádios pessoais; sistemas de comunicações para veículos militares e postos de comando; comunicações via rádio de médio e longo alcance; sistemas de comunicações de campanha e sistemas de mensagens militares

O volume de negócios deste sector teve um grande incremento, cifrando-se em €20 milhões, dos quais 80% concretizados no mercado externo. As encomendas angariadas no período tiveram uma forte redução, para €2,9 milhões, devido ao atraso de diversos importantes programas.

Da atividade do exercício sublinha-se o fornecimento de sistemas de intercomunicação para o Egípto, a entrega de rádios GRC-525 e acessórios ao Exército Português, a entrega de 75 sistemas destinados às Viaturas Táticas Ligeiras em fabricação em Espanha e o desenvolvimento de novas funcionalidades MMHS para a Rohde & Schwarz.

A atividade no âmbito do rádio pessoal TWH-100 centrou-se em fornecimentos para a Malásia. O produto oferece agora uma nova versão nos 400MHz e estão em desenvolvimento funções que incrementam o seu nível de integração em programas 'soldier system', em desenvolvimento um pouco por todo o mundo. O contrato para fornecimento de 'soldier systems' para o Exército Português não foi ainda iniciado por razões alheias à EID e ao Exército, sendo expectável que tal venha a acontecer durante o próximo exercício.

De salientar a concretização do fornecimento das primeiras unidades da nova geração de sistemas de intercomunicação ICC-401, que foram integradas nas recentes Viaturas Táticas Ligeiras do Exército Português e a continuação do grande fornecimento de sistemas ICC-201 e ICC-251 para os Exércitos do Egípto e da Indonésia.

Foi dada continuidade ao negócio das comunicações de campanha, com fornecimentos para a Austrália, Indonésia e Bahrain.

O navio polivalente Rotterdam da Marinha Holandesa já navega com o ICCS6 instalado.



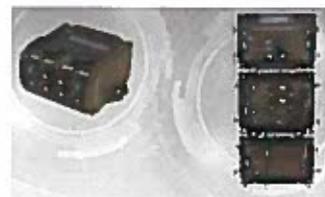
Os 3 navios de patrulha costeira, Mondego, Tejo e Douro têm desempenhado diversas missões com o ICCS6 a bordo.



O TWH-110 é o rádio base do designado 'sistema do soldado', que já foi validado por diversas forças operacionais.



O novo sistema de intercomunicação ICC-401 já se encontra ao serviço



A EID forneceu mais de 1.300 sistemas de intercomunicação ICC-201 e ICC-251.



O desenvolvimento de novas funcionalidades do sistema de mensagens militares teve também uma grande atividade, tendo sido concretizada na entrega de várias evoluções com integração de novas capacidades.

Foi dada continuidade às atividades de apoio logístico no âmbito de contractos de manutenção do sistema MMHS das Forças Armadas nacionais e da infraestrutura de comunicações da Armada

## PRODUÇÃO

Num ano particularmente difícil, face às vicissitudes resultantes da pandemia há que destacar:

- de Envio de 228 paletes ao abrigo do fornecimento de 1.280 sistemas ICC-251 e de 94 sistemas IC-201 para o Egipto.
- Ao abrigo deste contrato foram enviados cerca de 5000 equipamentos e 11000 cabos.
- Fornecimento de 87 rádios ao Exército Português.
- Produção e fornecimento das primeiras unidades de IC-401
- O excelente empenho e dedicação de todos os colaboradores

## SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E SEGURANÇA INFORMÁTICA

Num exercício marcado pelo teletrabalho salientam-se as seguintes atividades:

- Robustecimento da infraestrutura informática relativa a fornecimento de energia ininterrupta, bem como a aquisição e substituição de bastidores de rede com maior capacidade.
- Upgrade e substituição do software de antimalware, VPN e gestão de vulnerabilidades.
- Upgrade e substituição de equipamentos informáticos em resposta às necessidades do recurso ao teletrabalho.
- Implementação de ferramentas de trabalho colaborativas.

## QUALIDADE

O Sistema de Gestão de Qualidade foi objeto de auditorias externas: pela APCER, para acompanhamento da certificação segundo a Norma ISO 9001, e pela DGRDN, na sequência da qual foi renovada até 2024 a certificação segundo a Norma AQAP 2110.

Foi dada continuidade ao ciclo de planeamento dos objetivos da qualidade, de monitorização dos processos, de avaliação da satisfação do Cliente, de avaliação dos fornecedores, de auditoria interna e de revisão do Sistema de Gestão da Qualidade.

Os negócios foram apoiados nas matérias relacionadas com a Qualidade no âmbito da preparação de Propostas, na elaboração dos Planos da Qualidade, Planos de Gestão do Risco e Planos de Operações e Controlo, na realização de Revisões de Projeto e de Auditorias da Configuração Funcional e Física, bem como no acompanhamento da produção destinada aos contratos e na participação em provas de aceitação em fábrica.

A EID forneceu mais de 87 rádios GRC-525 destinados ao Exército Português.



O Sistema de Gestão da Qualidade da EID foi objeto de auditorias externas para acompanhamento da certificação segundo as Normas ISO 9001:2015.



## HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Dando sequência ao definido nos Planos de Prevenção e de Contingência para fazer face à pandemia de COVID-19, foram implementadas as medidas para proteção dos empregados e para assegurar a continuidade do negócio; até à data essas medidas mostraram-se eficazes, tendo os casos registados sido controlados sem que a atividade da Empresa tivesse sido alterada significativamente.

No que se refere à garantia das condições físicas dos locais de trabalho, deu-se continuidade à monitorização dos agentes de risco, nomeadamente a iluminação e, nos casos em que os parâmetros divergiram do recomendado, foram tomadas medidas para a sua correção; relativamente aos aspetos ergonómicos foi efetuada uma intervenção na linha de produção no sentido de melhorar os equipamentos dos postos de trabalho.

As atividades de rotina incluíram o acompanhamento das ações definidas no âmbito da gestão de riscos, resposta a obrigações legais e de acompanhamento dos serviços externos de manutenção dos equipamentos de segurança; na fase de acolhimento todos os novos colaboradores frequentaram uma ação de sensibilização sobre os riscos específicos associados à função que irão desempenhar, bem como procedimentos gerais de emergência.

## RECURSOS HUMANOS

Neste período foram admitidos 4 colaboradores, em várias áreas da empresa para melhorar capacidades técnicas, para reforço da das atividades de engenharia de desenvolvimento de hardware e dos serviços de apoio.

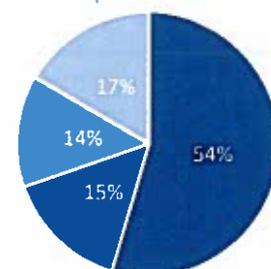
A empresa continua a apostar na formação contínua dos seus ativos através da formação em sala e em contexto de trabalho, para reforço e atualização das competências técnicas, e a acolher jovens estagiários para a realização de estágios curriculares e profissionais.

No contexto da formação profissional foram ministrados 6 programas de formação em diversas áreas, num total de 2.398 horas.

Neste exercício o absentismo registou uma diminuição de 2.19% para 1,65%, sendo o número médio de trabalhadores de 128.

No que respeita ao treino e formação profissional, 6% dos trabalhadores tiveram mais de 40 horas de formação. Foram ministrados 6 programas de formação, num total de 2.398 horas.

Distribuição dos recursos humanos segundo a sua aptidão profissional



- Engenheiros e Outros Licenciados
- Técnicos

Considerando a execução orçamentada para o ano de 2021/22, mormente a entrada prevista de encomendas e investimento no desenvolvimento de novas soluções, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido apurado no exercício, no montante de €3.986.670,81 (Três Milhões, Novecentos e oitenta e seis mil, Seiscentos e setenta euros e oitenta e um cêntimos) tenha a seguinte aplicação:

Distribuição de dividendos: € 3.986.670,81

### DECLARAÇÕES LEGAIS

Nos termos da Lei, cumpre ao Conselho de Administração declarar que:

- a) até à data de conclusão deste relatório não ocorreram factos significativos que não se encontrem refletidos nas demonstrações financeiras;
- b) nos termos do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, não existem dívidas em mora à Segurança Social.



A exemplo do ano transato o desempenho económico e financeiro da empresa foi parcialmente afetado pela pandemia de COVID-19 mantendo-se, contudo, o pressuposto da continuidade das operações da sociedade, utilizado na preparação destas demonstrações financeiras. Na realidade, verificou-se um ligeiro acréscimo do volume de negócios decorrente de atividades que não foi possível concluir no ano anterior, situação que novamente se voltou a verificar no exercício em curso, uma vez mais fruto de atrasos em procedimentos administrativos e impossibilidade de realização de tarefas por constrangimentos de movimentação e disponibilização dos clientes. Tal como ano anterior, uma vez mais, as equipas da EID trabalharam ininterruptamente quer presencialmente quer em regime de teletrabalho e por turnos durante todo o exercício, com principal foco no último trimestre no qual a empresa conseguiu concluir projetos no valor de cerca de €17 milhões.

O Conselho de Administração lamenta profundamente os impactos pessoais que a pandemia teve nos seus colaboradores e suas famílias e em particular a perda de um inestimável elemento da empresa.

O Conselho de Administração louva e agradece profundamente o esforço e a dedicação de todas as equipas, sem os quais o exercício de 20/21 teria sido substancialmente diferente.

*Lazarim, 19 de julho de 2021*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O PRESIDENTE

ANDREW STEPHEN THOMIS



VOGAIS

FREDERICO ANTÓNIO CIMA DE AZEVEDO LEMOS



VENANCIO JORGE PEREIRA DA SILVA BRITES LEBRE



SIMON ROBERT WALTHER



LUIS MANUEL FORNIEAUX MACIEIRA FRAGOSO



# Documentos Financeiros

Relatório e Contas 2020/2021 | 15

**Demonstrações Financeiras do Período 2020/2021 da EID-Empresa de  
Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.**

**ÍNDICE**

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 30 DE ABRIL DE 2021 .....	18
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 30 DE ABRIL DE 2021 .....	19
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO INTEGRAL EM 30 DE ABRIL DE 2021 .....	20
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 30 DE ABRIL DE 2020.....	21
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DE 30 DE ABRIL DE 2021 .....	21
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 30 DE ABRIL DE 2021 .....	23
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	24
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE .....	25
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	25
3. NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS .....	26
4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS .....	30
5. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS .....	46
6. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS .....	46
7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	47
8. ATIVOS INTANGÍVEIS .....	48
9. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS .....	50
10. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER .....	50
11. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO.....	51
12. INVENTÁRIOS .....	53
13. CLIENTES .....	54
14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS .....	55
15. DIFERIMENTOS.....	55
16. CAPITAL REALIZADO .....	56
17. PRÉMIOS DE EMISSÃO .....	56
18. RESERVAS LEGAIS .....	56
19. OUTRAS RESERVAS .....	57
20. RESULTADOS TRANSITADOS .....	57
21. AJUSTAMENTOS/OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO .....	58
22. PROVISÕES.....	58
23. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR .....	58
24. FORNECEDORES .....	59
25. ADIANTAMENTOS A CLIENTES .....	59
26. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS .....	59
27. SUBSÍDIOS.....	60
28. VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO .....	60
29. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS .....	60
30. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS .....	61
31. GASTOS COM O PESSOAL .....	61
32. IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES) .....	62

33.	PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES) .....	62
34.	OUTROS RENDIMENTOS .....	63
35.	OUTROS GASTOS .....	63
36.	GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO .....	63
37.	RESULTADOS FINANCEIROS .....	63
38.	COMPROMISSOS .....	64
39.	PARTES RELACIONADAS.....	65
40.	ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO .....	66
41.	POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS .....	66
42.	DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS .....	68

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA NO PERÍODO FINDO EM 30 DE ABRIL DE 2021

	Notas	Abr 2021 Euro	Abr 2020 Euro
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	184 001,64	177 750,54
Direito de uso	3	85 843,53	156 495,14
Ativos Intangíveis	8	18 981,85	39 937,18
Outros investimentos financeiros	9	29 593,88	22 981,26
Ativos por impostos diferidos	11	207 848,90	202 025,20
		<u>526 269,80</u>	<u>599 189,32</u>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	12	3 448 369,18	3 868 123,90
Clientes	13	10 998 392,09	6 406 446,08
Estado e outros entes públicos	14	320 473,23	487,14
Imposto sobre o rendimento a recuperar	14	-	-
Outros créditos a receber	10	1 030 614,86	1 000 200,15
Diferimentos	15	192 814,84	188 664,11
Caixa e depósitos bancários	5	8 755 187,34	8 036 912,25
		<u>24 745 851,54</u>	<u>19 500 833,63</u>
<b>Total do Ativo</b>		<b><u>25 272 121,34</u></b>	<b><u>20 100 022,95</u></b>
<b>Capital Próprio</b>			
Capital subscrito	16	1 100 000,00	1 100 000,00
Premios de emissão	17	300 000,00	300 000,00
Reservas legais	18	307 210,12	307 210,12
Outras reservas	19	1 599 881,61	1 629 986,55
Resultados transitados	20	4 487 138,33	5 888 219,57
		<u>7 794 230,06</u>	<u>9 225 416,24</u>
Resultado líquido do período	21	3 986 670,81	2 895 766,98
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b><u>11 780 900,87</u></b>	<b><u>12 121 183,22</u></b>
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	22	521 687,90	464 719,22
Financiamentos obtidos	38	41 620,53	46 162,04
		<u>563 308,43</u>	<u>510 881,26</u>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	24	3 789 613,66	2 728 228,15
Adiantamentos de clientes	25	5 199,97	5 199,97
Estado e outros entes públicos	14	1 091 254,08	770 401,28
Acionistas	-	4 365 362,67	1 186,53
Financiamentos obtidos	38	50 447,34	112 361,46
Outras dívidas a pagar	23	2 381 626,82	1 554 887,67
Diferimentos	15	1 244 407,50	2 295 693,41
		<u>12 927 912,04</u>	<u>7 467 958,47</u>
<b>Total do Passivo</b>		<b><u>13 491 220,47</u></b>	<b><u>7 978 839,73</u></b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>		<b><u>25 272 121,34</u></b>	<b><u>20 100 022,95</u></b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO

*Ver - U.*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*AS - IV*

*Ver - U.*

*Ver - U.*

*Ver - U.*

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

EID-EMPRESA DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ELECTRÓNICA,S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - PERÍODO FINDO EM 30 DE ABRIL DE 2021

	Notas	Abr 2021 Euro	Abr 2020 Euro
Vendas e serviços prestados	26	23 971 164,11	20 728 583,80
Subsídios à exploração	27	-	487,14
Variação nos inventários da produção	28	(474 389,68)	(1 382 970,18)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	29	(8 936 559,32)	(6 985 898,75)
Fornecimentos e serviços externos	30	(3 292 518,31)	(3 392 190,23)
Gastos com o pessoal	31	(5 859 460,50)	(5 688 617,17)
Imparidade de Inventários (perdas/reversões)	12	(37 762,39)	14 585,27
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	32	(4 488,70)	14 790,00
Provisões (aumentos/reduções)	33	(56 968,68)	(24 777,06)
Outros rendimentos	34	159 476,08	30 681,22
Outros gastos	35	(41 948,22)	(22 154,93)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>5 426 544,39</b>	<b>3 292 519,11</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	36	(218 331,34)	(236 823,43)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>5 208 213,05</b>	<b>3 055 695,68</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	37	38,17	61,95
Juros e gastos similares suportados	37	(1 312,11)	(1 916,77)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>5 206 939,11</b>	<b>3 053 840,86</b>
Imposto sobre o rendimento do período	11	(1 220 268,30)	(158 073,88)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>3 986 670,81</b>	<b>2 895 766,98</b>
<b>Resultado básico por acção</b>	16	<b>18,12</b>	<b>13,16</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO









Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

**EID-EMPRESA DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ELECTRÓNICA,S.A.**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO INTEGRAL - PERÍODO FINDO EM 30 DE ABRIL DE 2021**

	Notas	<u>Abr 2021</u>	<u>Abr 2020</u>
		<u>Euro</u>	<u>Euro</u>
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b><u>3 986 670,81</u></b>	<b><u>2 895 766,98</u></b>
<b>Outros ganhos (Perdas) reconhecidas no Capital Próprio</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultado Integral do período</b>		<b><u>3 986 670,81</u></b>	<b><u>2 895 766,98</u></b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

EID-EMPRESA DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ELECTRÓNICA,S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 30 DE ABRIL DE 2019 E 30 DE ABRIL DE 2020

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Resultado Líquido do período	Total		
		1.100.000,00	300.000,00	307.210,12	1.524.051,33	4.439.820,41	1.468.409,16	9.119.481,02		
Posição em 1 de Maio de 2018	1								9.119.481,02	
<b>Alterações no período</b>										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	
Realização de excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	
Excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	105.935,22	-	-	-	-	-	105.935,22	
	2	-	105.935,22	-	-	-	-	-	105.935,22	
<b>Resultado Líquido do período</b>	3									
	22									
	4 = 2+3									
<b>Resultado Integral</b>										
<b>Operações com detentores de capital no período</b>										
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	
Entradas para a cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	
Redução de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	
	5									
<b>Posição em 30 de Abril de 2019</b>	6 = 1 + 2 + 3 + 4	1.100.000,00	300.000,00	307.210,12	1.629.966,55	5.888.219,57	2.895.766,98	12.121.183,22	12.121.183,22	

O CONTABILISTA CERTIFICADO

*Ve - - - - -*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*AS D*  
*Ve - - - - -*

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

EID-EMPRESA DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ELECTRÓNICA,S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 30 DE ABRIL DE 2020 E 30 DE ABRIL DE 2021

(valores em Euros)

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total		
Posição em 30 de Abril de 2019	1	1 100 000,00	300 000,00	307 210,12	1 629 986,55	5 888 219,57	2 885 766,98	12 121 183,22	-	12 121 183,22
<b>Alterações no período</b>										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	18	-	-	-	(30 104,94)	2 963 094,90	(2 885 766,98)	37 222,98	-	37 222,98
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	-	-	-	(30 104,94)	2 963 094,90	(2 885 766,98)	37 222,98	-	37 222,98
Resultado Líquido do período	3						3 986 670,81	3 986 670,81		3 986 670,81
Resultado Integral	4 = 2+3						1 090 909,83	1 090 909,83		1 090 909,83
<b>Operações com detentores de capital no período</b>										
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	(4 364 176,14)	-	(4 364 176,14)	-	(4 364 176,14)
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 30 de Abril de 2020	6 = 1 + 2 + 3 + 4 + 5	1 100 000,00	300 000,00	307 210,12	1 599 881,61	4 487 136,33	3 986 670,81	11 780 900,87	-	11 780 900,87

O CONTABILISTA CERTIFICADO

*Verónica*

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*A.S.T.V.*

*Stéphane Gohier*

*Verónica*

*Verónica*

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

EID-EMPRESA DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ELECTRÓNICA, S.A.

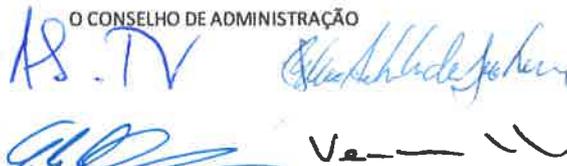
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PERÍODO FINDO EM 30 DE ABRIL DE 2021

	Nota	Abr 2021	Abr 2020
		Euro	Euro
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		19 540 791,22	21 607 292,21
Pagamentos a fornecedores		(11 076 562,24)	(10 914 798,09)
Pagamentos ao pessoal		(3 169 322,14)	(3 041 324,84)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>5 294 906,84</b>	<b>7 651 169,28</b>
Pagamento / recebimento do Imposto sobre o rendimento		(1 142 958,55)	1 525 934,32
Outros recebimentos / pagamentos		(3 234 137,68)	(3 409 735,52)
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>917 810,61</b>	<b>5 767 368,08</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de Investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(80 214,45)	(44 354,09)
Ativos intangíveis		(1 996,66)	(11 600,43)
		(82 211,11)	(55 954,52)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	27	1 074,91	1 301,92
Subsídios ao investimento	27	-	-
Juros e rendimentos similares	37	-	-
		1 074,91	1 301,92
<b>Fluxos de caixa das actividades de Investimento (2)</b>		<b>(81 136,20)</b>	<b>(54 652,60)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		4,28	-
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		4,28	-
Pagamentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	3	(118 396,45)	(112 426,32)
Juros e gastos similares	37	-	-
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		(118 396,45)	(112 426,32)
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>(118 392,17)</b>	<b>(112 426,32)</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>718 282,24</b>	<b>5 600 289,16</b>
Efeito das diferenças de câmbio		(7,15)	(34,26)
Caixa e seus equivalentes no início do período		8 036 912,25	2 436 657,35
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>8 755 187,34</b>	<b>8 036 912,25</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## 1. Identificação da entidade

A EID – Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A., adiante designada por EID é uma sociedade anónima, com sede na Rua Quinta dos Medronheiros, Lazarim, Almada, constituída em 8 de Junho de 1983 e que tem como atividade principal o estudo, a investigação, o desenvolvimento, a produção e a comercialização de protótipos e de pequenas séries de equipamentos e sistemas das tecnologias da informação, nomeadamente no sector das telecomunicações, do comando e do controlo, bem como a produção, representação, comercialização de bens e tecnologias militares e civis.

A EID é incluída no perímetro de consolidação do Grupo Cohort, sediado no Reino Unido, sendo esta a sua empresa-mãe.

Salvo quando indicado de forma diversa, a informação financeira está apresentada em euros, que é a moeda funcional e de relato da Empresa.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de Julho de 2021. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal. Os responsáveis da empresa, isto é, os membros do Conselho de Administração que assinam o presente relatório, declaram que tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo da situação financeira e dos resultados da EID.

## 2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras constituem as primeiras demonstrações financeiras preparadas pela EID em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia (IFRS – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade - IAS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as Interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (SIC), em vigor à data da preparação das referidas demonstrações financeiras. Na preparação das demonstrações financeiras, a EID seguiu a convenção do custo histórico, modificada quando aplicável, pela mensuração ao justo valor de i) instrumentos financeiros derivados e ii) ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

Não foram feitas derrogações às disposições das IAS/IFRS.

### 2.1 Comparabilidade

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 30 de abril de 2021 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 30 de Abril de 2020.

A EID aplicou pela primeira vez a norma IFRS 16 – Locações, cujo impacto nas demonstrações financeiras da empresa se detalha na nota 6.

### 3. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Foram emitidas pelo IASB:

- Em 20 de Junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em ou após 1 de Janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transacções com pagamentos baseados em acções.
- Em 8 de Dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em ou após 1 de Janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40);
- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de Dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da exceção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou joint venture ao justo valor).

Nenhuma destas modificações tiveram impacto nas demonstrações financeiras da EID.

#### **IFRS 9 – Instrumentos financeiros**

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de Novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009 e 2010) introduzem novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Nesta nova abordagem, os ativos financeiros são classificados e mensurados tendo por base o modelo de negócio que determina a sua detenção e as características contratuais dos fluxos de caixa dos instrumentos em causa.

Foi publicada pelo IASB a IFRS 9 (2013) com os requisitos que regulamentam a contabilização das operações de cobertura.

Foi ainda publicada a IFRS 9 (2014) que reviu algumas orientações para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros (além de participações em capital das sociedades consideradas estratégicas, alargou a outros instrumentos de dívida a mensuração ao justo valor com as alterações a serem reconhecidas em outro rendimento integral – OCI) e implementou um novo modelo de imparidade tendo por base o modelo de perdas esperadas.

Considerando que o modelo de imparidade baseado em perdas esperadas no caso da EID se aplica exclusivamente a Clientes e outras contas a receber a empresa procedeu à análise do impacto da adoção desta norma através de uma matriz de apreciação de perdas esperadas com base em eventos passados tendo em atenção a natureza do negócio e dos seus clientes históricos, concluindo-se que os resultados decorrentes apresentavam valores imateriais.

A empresa manterá a análise do impacto da norma revendo o seu impacto anualmente no sentido de garantir a sua aplicabilidade e adequação dos registos, se materialmente relevante.

Considerando a classificação e mensuração dos ativos financeiros tem por base o modelo de negócio utilizado na sua gestão (“business model test”) e as características dos fluxos de caixa contratuais (“SPPI test”). Neste contexto, os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado se detidos numa perspetiva de captura de fluxos de caixa contratuais, sendo os remanescentes mensurados ao justo valor reconhecido na demonstração de rendimento integral do período (caso exista, também, intenção de venda dos ativos) ou através de resultados (se não enquadráveis em nenhum dos modelos anteriores sendo, por exemplo, geridos com base no seu justo valor). Já no que respeita à classificação e mensuração de passivos financeiros, as alterações introduzidas face às disposições da IAS 39 não são substanciais. A EID não teve impactos decorrentes da aplicação dos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9.

#### **IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes**

O IASB emitiu, em 28 de Maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes. A IFRS 15 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de Setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018.

Esta norma revoga as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rédito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- i) No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- ii) Ao longo do período, na medida em que retracta a performance da entidade.

#### **IFRS 16 - Locações**

O IASB, emitiu, em 13 de janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019. A norma foi endossada na União Europeia pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1986/2017, de 31 de outubro. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 – Locações.

A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras (para o locador – o cliente do leasing), tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

A EID adotou a IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, segundo a qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido em resultados acumulados em 1 de maio de 2019, não sendo reexpressa a informação comparativa.

## **IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação de adiantamentos**

Foi emitida em 8 de Dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de ativos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do ativo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

Da adoção da presente interpretação não resultaram alterações significativas.

### **Outras alterações**

Em 20 de Junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transações com pagamentos baseados em ações. Em 8 de Dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de Janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de Dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da exceção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou joint venture ao justo valor).

Os melhoramentos do ciclo 2015-2017, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2017 introduzem alterações, com data efetiva para períodos que se iniciem em, ou após 1 de Janeiro de 2019, às normas IFRS 3 (remensuração da participação anteriormente detida como operação conjunta quando obtém controlo sobre o negócio), IFRS 11 (não remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta quando obtém controlo conjunto sobre o negócio), IAS 12 (contabilização de todas as consequências fiscais do pagamento de dividendos de forma consistente), IAS 23 (tratamento como empréstimos geral qualquer empréstimo originalmente efetuado para desenvolver um ativo quando este se torna apto para utilização ou venda).

A EID não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

**O Grupo decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:**

## **IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento fiscal de imposto sobre rendimentos**

Foi emitida em 7 de Junho de 2017 uma interpretação sobre como lidar, contabilisticamente, com incertezas sobre o tratamento fiscal de impostos sobre o rendimento, especialmente quando a legislação fiscal impõe que seja feito um pagamento às Autoridades no âmbito de uma disputa fiscal e a entidade tenciona recorrer do entendimento em questão que levou a fazer tal pagamento.

A interpretação veio definir que o pagamento pode ser considerado um ativo de imposto, caso seja relativo a impostos sobre o rendimento, nos termos da IAS 12 aplicando-se o critério da probabilidade definido pela norma quanto ao desfecho favorável em favor da entidade sobre a matéria de disputa em causa.

Nesse contexto a entidade pode utilizar o método do montante mais provável ou, caso a resolução possa ditar intervalos de valores em causa, utilizar o método do valor esperado.

A IFRIC 23 foi adotada pela Regulamento da Comissão EU 2018/1595, de 23 de Outubro sendo de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019 podendo ser adotada antecipadamente.

A interpretação veio definir que o pagamento pode ser considerado um ativo de imposto, caso seja relativo a impostos sobre o rendimento, nos termos da IAS 12 aplicando-se o critério da probabilidade definido pela norma quanto ao desfecho favorável em favor da entidade sobre a matéria de disputa em causa.

Nesse contexto a entidade pode utilizar o método do montante mais provável ou, caso a resolução possa ditar intervalos de valores em causa, utilizar o método do valor esperado.

IFIRC 23 é aplicada para os exercícios que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2019 podendo ser adotada antecipadamente.

A EID não espera que ocorra alterações significativas na adoção da presente interpretação.

### ***Características de pré-pagamento com compensação negativa (alteração à IFRS 9).***

Activos financeiros que contenham características de pré-pagamento com compensação negative podem agora ser mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral (OCI) se cumprirem os critérios relevantes da IFRS 9. O IASB clarificou igualmente que a IFRS 9 exige aos preparadores o recálculo do custo amortizado da modificação de passivos financeiros pelo desconto dos fluxos de caixa contratuais usando a taxa de juro efectiva original (EIR) sendo reconhecida qualquer ajustamento por via de resultados do período (alinhando o procedimento já exigido para os activos financeiros). Esta alteração foi adotada pela Regulamento EU 2018/498 da Comissão sendo de implementação obrigatória para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.

A EID não espera que ocorra alterações significativas na adoção da presente interpretação.

### **Normas, alterações e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas para o Grupo**

Os melhoramentos do ciclo 2015-2017, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2017 introduzem alterações, com data efectiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019, às normas

IFRS 3 (remensuração da participação anteriormente detida como operação conjunta quando obtém controlo sobre o negócio), IFRS 11 (não remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta quando obtém controlo conjunto sobre o negócio), IAS 12 (contabilização de todas as consequências fiscais do pagamento de dividendos de forma consistente), IAS 23 (tratamento como empréstimos geral qualquer empréstimo originalmente efetuado para desenvolver um ativo quando este se torna apto para utilização ou venda);

Outras alterações efetuadas pelo IASB cuja entrada em vigor se espera venha a ser em, ou após 1 de Janeiro de 2019:

- Interesses de longo prazo em Associadas e Empreendimentos conjuntos (Alteração à IAS 28 emitida em 12 de Outubro de 2017) clarificando a interação com a aplicação do modelo de imparidade previsto na IFRS 9;
- Alterações, cortes ou liquidações do Plano (alterações à IAS 19, emitidas em 7 de Fevereiro de 2018) onde é clarificado que na contabilização de alterações, cortes ou liquidações de um plano de benefícios definidos a empresa deve usar pressupostos atuariais atualizados para determinar os custos dos serviços passados e a taxa de juro líquida do período. O efeito do asset ceiling não é tomado em consideração para o cálculo do ganho e perda na liquidação do plano e é lidado separadamente no outro rendimento integral (OCI);
- Alterações à definição de Negócio (alteração à IFRS 3, emitida em 22 de Outubro de 2018);
- Alterações à definição de Materialidade (Alterações à IAS 1 e à IAS 8, emitidas em 31 de Outubro de 2018)

A EID não espera que ocorra alterações significativas na adoção da presente interpretação.

#### 4. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

##### 5.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos registos contabilísticos da Empresa.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as (IAS/IFRS) requerem que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 5.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

##### 5.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

###### a) Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa, ou seja quando aumentam a vida útil dos ativos ou resultem em benfeitorias ou melhorias significativas.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de alienação e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha recta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	3 a 7
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 12

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

#### b) Ativos Intangíveis

A Empresa reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Empresa e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

As amortizações são registadas após o início da utilização segundo o método da linha reta de acordo com o seguinte período de vida útil estimado:

	<u>Número de anos</u>
Programas de computador	3
Projectos de Desenvolvimento	3 a 5
Outros	10

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período.

A reversão é feita para a nova quantia recuperável, até ao limite do custo original líquido das amortizações que se nenhuma perda de imparidade tivesse sido reconhecida, caso ocorra alteração nas estimativas usadas para determinar a quantia recuperável do ativo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida.

Uma vez reconhecida imparidade no *goodwill* esta não é passível de reversão.

#### *Ativos intangíveis gerados internamente*

O dispêndio com pesquisa (ou da fase de pesquisa de um projeto interno) é reconhecido como um gasto quando incorrido.

A Empresa reconhece um ativo intangível proveniente de desenvolvimento (ou da fase de desenvolvimento de um projeto interno) quando é possível demonstrar:

- A viabilidade técnica de concluir o ativo intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou venda;
- A intenção de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;

- A capacidade de usar ou vender o ativo intangível;
- A forma como o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros;
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; e,
- A capacidade para mensurar fiavelmente o dispêndio atribuível ao ativo intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

O custo dos ativos intangíveis gerados internamente compreendem todos os custos diretamente atribuíveis necessários para criar, produzir e preparar o ativo para ser capaz de funcionar da forma pretendida, nomeadamente:

- Os custos dos materiais e serviços usados ou consumidos ao gerar o ativo intangível;
- Os custos dos benefícios dos empregados associados à formação do ativo intangível;
- As taxas de registo de um direito legal; e
- A amortização de patentes e licenças que sejam usadas para gerar o ativo intangível.

Os seguintes custos são reconhecidos como gastos do período:

Dispêndios com vendas, gastos administrativos e outros gastos gerais a menos que estes dispêndios possam ser diretamente atribuídos à preparação do ativo para uso;

Ineficiências identificadas e perdas operacionais iniciais incorridas antes de o ativo atingir o desempenho planeado; e

Dispêndios com a formação do pessoal para utilizar o ativo.

Os gastos com projetos de desenvolvimento até ao exercício de 2015 eram capitalizados no momento da conclusão do projeto e início da comercialização do produto associado ou utilização, sendo amortizados pelo método da linha reta por um período de três anos, exceto nos casos em que se encontrem associados a processos de subsídio ou outros que justifiquem a adoção de outro critério.

O projeto de Investigação e Desenvolvimento P-GRC/525 foi capitalizado após o início da sua comercialização e de acordo com o cumprimento do plano de reconhecimento de rendimentos deste tendo sido totalmente amortizado no exercício de 2016/2017.

#### *Aquisição e desenvolvimento de Software*

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Empresa necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha recta ao longo da sua vida útil esperada, deduzidos de eventual imparidade caso exista.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de *software* efetuados pela Empresa, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um período, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados diretamente afetos aos projetos, sendo amortizados pelo método da linha recta ao longo da sua vida útil esperada, deduzidos de eventual imparidade caso exista.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

#### c) Locações

A Empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

##### *Locações operacionais*

Os pagamentos/recebimentos efetuados pela Empresa à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

#### d) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período registado em resultados inclui o efeito do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente corresponde ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período utilizando a taxa de imposto em vigor à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores. O rendimento tributável do período é apurado através da adição/subtração ao resultado contabilístico dos montantes não relevantes fiscalmente ou que permitem deduções adicionais de gastos ou de rendimentos não tributáveis, podendo estas diferenças ser temporárias ou permanentes.

A Empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC") à taxa de 21% sobre a matéria coletável. A tributação é acrescida de Derrama Municipal a uma taxa de até 1,20% sobre o lucro tributável.

Adicionalmente, a parte do lucro tributável, sujeito e não isento de IRC, superior a 1.500.000 euros está sujeito a Derrama Estadual às seguintes taxas:

- 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros e até 7.500.000 euros;
- 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000 euros e até 35.000.000 euros;
- 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda os 35.000.000 euros.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes considerados para efeitos fiscais.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respetivo desconto financeiro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis). Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2014, 2015 e 2016 é de 12 anos. Para os períodos de 2012 e 2013, bem como para os períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017, o prazo de reporte dos prejuízos fiscais é de cinco anos.

Adicionalmente, a dedução de prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014, independentemente do período de tributação em que tenham sido apurados.

O gasto relativo ao imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente com o diferido. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

A Empresa procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que a Empresa:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes; e
- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

#### e) Inventários

Os inventários encontram-se mensurados de acordo com os seguintes critérios:

##### *(i) Matérias-Primas*

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. As existências em armazém encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor

realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

*(ii) Produtos intermédios, acabados e produtos e trabalhos em curso*

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo entre o custo de produção, que inclui o custo de matérias-primas incorporadas, mão-de-obra, subcontratos e gastos gerais de fabrico e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização.

f) Créditos a receber

Os créditos a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, quando o efeito temporal é materialmente relevante, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

g) Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata na sua condição atual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

A Empresa também classifica como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior (identificar caso se aplique), que estão disponíveis para venda imediata na sua condição atual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, os ativos não correntes detidos para venda e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

h) Dívidas a pagar

As dívidas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor, sendo deduzidas dos custos imputáveis à emissão da dívida, sendo subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (quando o valor temporal do dinheiro seja materialmente relevante)

i) Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

**j) Transações em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro à taxa de câmbio em vigor na data da transação. As principais moedas estrangeiras utilizadas neste exercício e no exercício anterior foram o Dólar Americano e a Libra Esterlina, sendo utilizadas as taxas médias e de taxa de fecho divulgadas pelo Banco de Portugal.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação.

Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Quando um ganho ou uma perda num item não monetário é reconhecido diretamente no capital próprio, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida diretamente no capital próprio. Quando um ganho ou uma perda com um item não monetário é reconhecido nos resultados, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida nos resultados.

#### k) Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Um subsídio das entidades públicas não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a Empresa cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios das entidades públicas não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Passivo com o diferimento e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios das entidades públicas reembolsáveis são contabilizados como passivos. No caso destes subsídios adquirirem a condição de não reembolsáveis.

Um subsídio das entidades públicas que se torne recebível como compensação por gastos já incorridos ou para dar suporte financeiro imediato à Empresa sem qualquer futuro gasto relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar *deficits* de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período, salvo se se destinarem a financiar *deficits* de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

#### l) Capitalização de custos com empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica são capitalizados como parte do custo desse ativo, na medida em que seja provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a entidade e tais custos possam ser fiavelmente mensurados. Outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

Um ativo que se qualifica é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos custos com empréstimos obtidos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos como parte do custo de um ativo que se qualifica inicia-se quando os dispêndios com o ativo estejam a ser incorridos, os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as atividades que sejam necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

#### m) Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

##### *Provisões para garantias a clientes*

As provisões para garantias a clientes destinam-se a fazer face a encargos a suportar derivados de garantias previstas em contratos de fornecimento ou prestação de serviços, estas são calculadas com base na avaliação técnica do produto fornecido, a natureza do cliente e o seu enquadramento geoestratégico do ponto de vista comercial.

##### *Provisões para contratos onerosos*

A Empresa reconhece uma provisão para contratos onerosos sempre que os custos não evitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios económicos que se espera sejam recebidos ao abrigo do mesmo.

##### *Provisões para reestruturação*

A Empresa constituiu uma provisão para reestruturação quando existe uma obrigação construtiva de reestruturar, nomeadamente:

- Existe um plano formal detalhado para a reestruturação que identifica:
- O negócio ou parte de um negócio em questão;
- As principais localizações afetadas;
- A localização, função e número aproximado de empregados que receberão retribuições pela cessação dos seus serviços;
- Os dispêndios que serão levados a efeito;
- Quando será implementado o plano; e,

- Foi criada uma expectativa válida nos afetados de que levará a efeito a reestruturação ao começar a implementar esse plano ou ao anunciar as suas principais características aos afetados por ele.

A provisão para reestruturação inclui apenas os dispêndios diretos provenientes da reestruturação, que são os que, simultaneamente, estão necessariamente associados à reestruturação e não associados com as atividades continuadas da entidade.

A provisão para reestruturação não inclui os gastos de deslocalizar ou voltar a formar pessoal que se mantém, comercialização ou investimento em novos sistemas e redes de distribuição. Estes dispêndios relacionam-se com a conduta futura da Empresa e não são passivos de reestruturação à data do balanço. São reconhecidos na mesma base como se surgissem independentemente de uma reestruturação nos gastos do período em que ocorrem.

Os ganhos esperados na alienação de ativos não são tidos em consideração na mensuração de uma provisão para reestruturação, mesmo se a venda de ativos for vista como parte da reestruturação.

#### *Passivos de carácter ambiental*

A Empresa constitui um passivo de carácter ambiental quando existe uma obrigação legal, contratual ou construtiva de evitar, reduzir ou reparar danos ambientais no final da vida útil dos ativos.

Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza descrever os bens para fazer face às respetivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são calculadas, com base no valor atual das respetivas responsabilidades futuras e são registadas por contrapartida de um aumento dos respetivos ativos fixos tangíveis, sendo amortizadas de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

Quando o efeito do valor temporal do dinheiro for material, os passivos ambientais que não sejam liquidados num futuro próximo são mensurados pelo seu valor presente.

Os dispêndios de carácter ambiental são reconhecidos como gastos no período em que são incorridos, a menos que satisfaçam os critérios necessários para serem reconhecidos como um ativo. Os dispêndios de carácter ambiental relacionados com danos que ocorreram num período anterior são registados como gastos no período corrente.

#### n) Ativos e Passivos Contingentes

A Empresa não reconhece ativos nem passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a Empresa divulga o respetivo passivo contingente.

#### o) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

#### p) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito é reconhecido quando a empresa transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- i) No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- ii) Ao longo do período, na medida em que retracts a performance da entidade

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa;
- e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado a uma prestação de serviços é reconhecido numa base duodecimal em relação a contratos de serviços de carácter continuado e termo anual correspondendo cada período a um marco de reconhecimento, para os restantes casos o reconhecimento segue as regras de reconhecimento da venda de bens, quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

#### q) Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados que diga respeito a diferenças cambiais associadas aos financiamentos e contratos de swap ou outros derivados inerentes a coberturas de risco associadas aos financiamentos contraídos.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo pelo método do custo amortizado.

Os juros de aplicações financeiras e outros rendimentos de investimentos efetuados são reconhecidos, na demonstração dos resultados em outros rendimentos.

#### r) Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 28 de Junho de 2019, data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração, conforme referido na Nota 1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são eventos ajustáveis considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados em nota própria.

s) Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados e mensurados tendo por base o modelo de negócio que determina a sua detenção e as características contratuais dos fluxos de caixa dos instrumentos em causa.

*Imparidade*

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor.

Se existir evidência objetiva de imparidade, o montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor atual dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro, podendo ser revertida em período subsequente se deixar de existir prova objetiva de imparidade. O montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno do mercado corrente para um ativo financeiro semelhante, não podendo ser revertida em períodos subsequentes.

*Contabilidade de cobertura*

A Empresa não utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro, cambial e risco de preço resultante da sua atividade operacional e de financiamento.

t) Pagamento com base em ações

A EID adota a política do Grupo Cohort,Plc relativamente às gratificações em atribuição de direitos de opção de compra de ações do Grupo Cohort,Plc para os seus empregados, tendo mensurado essa opção de compra de ações pelo justo valor.

Até o passivo ser liquidado, a entidade remensura o justo valor do passivo a cada data de relato e na data de liquidação, com quaisquer alterações no justo valor reconhecidas nos resultados do exercício.

A EID reconhece imediatamente os serviços recebidos dos empregados e um passivo para pagar esses serviços. Se os direitos de valorização de ações não forem adquiridos até os empregados terem completado o período de serviço especificado no plano, a EID reconhece os serviços recebidos, e um passivo para pagar os mesmos, à medida que os empregados prestam os serviços durante esse período. O reconhecimento em resultados desta responsabilidade é registado na rubrica outros gastos com pessoal.

### 5.3 Principais estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a gestão da EID efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivo e divulgações à data da posição financeira e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão da EID, baseados:

- (i) Na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes; e
- (ii) Nas ações que a EID considera poder vir a desenvolver no futuro. Todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão vir a ser diferentes das estimativas.

As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos no exercício seguinte são apresentados abaixo:

#### Vida útil estimada e valor residual dos ativos fixos tangíveis

A vida útil estimada e valor residual do equipamento operacional foram determinados pela Empresa atendendo à experiência da mesma.

#### Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

As quantias estimadas para fazer face a gastos referentes a obrigações futuras são-no baseadas na avaliação técnica do produto fornecido, a natureza do cliente e o seu enquadramento geoestratégico do ponto de vista comercial.

Para outras provisões que possam ocorrer, a EID, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para fazer face a riscos de diversa natureza.

#### Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

#### *Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores*

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Empresa quanto à existência de prova objetiva de imparidade e da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores incluindo o fator de atualização financeira (à taxa de juro original efetiva ou que resultaria no momento do reconhecimento inicial do ativo em causa).

Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

#### *Imposto sobre o rendimento*

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, de acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido reporte prejuízos fiscais, deduções de crédito de imposto, bom como quaisquer outras deduções (em que este prazo passará a ser o do período desse direito).

Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento de ativos por impostos diferidos tem por base projeções da Empresa, que demonstram a existência de lucros tributáveis futuros.

#### **5.4 Principais pressupostos relativos ao futuro**

Não foram identificadas pelo órgão de gestão da Empresa situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da Empresa. Desta forma as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

## 5.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 5.3.

### 5. Caixa e depósitos bancários

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento, a Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 30 de Abril de 2020 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

	<u>Abr 2021</u>	<u>Abr 2020</u>
	<u>Euro</u>	<u>Euro</u>
Caixa	1 351,66	1 449,29
Depósitos bancários	<u>8 753 835,68</u>	<u>8 035 462,96</u>
	<u>8 755 187,34</u>	<u>8 036 912,25</u>

### 6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período não ocorreram erros, ou alterações de estimativas contabilísticas. Relativamente às políticas contabilísticas a Empresa adotou pela primeira vez a IFRS 16 (Nota 2):

## 7. Ativos Fixos Tangíveis

As quantias escrituradas dos Ativos fixos tangíveis são as seguintes:

	Abr 2021	Abr 2020
	Euro	Euro
<b>Valor Bruto</b>		
Edifícios e outras construções	130 391,89	130 391,89
Equipamento básico	5 347 760,62	5 327 983,74
Equipamento de transporte	16 415,13	16 415,13
Equipamento administrativo	2 715 587,67	2 667 739,36
Outros ativos fixos tangíveis	240 313,26	230 675,66
	<u>8 450 468,57</u>	<u>8 373 205,78</u>
<b>Depreciações acumuladas e imparidade</b>		
Depreciações do período	(71 011,69)	(93 882,78)
Depreciações acumuladas de períodos anteriores	<u>(8 195 455,24)</u>	<u>(8 101 572,46)</u>
	<u>(8 266 466,93)</u>	<u>(8 195 455,24)</u>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<u>184 001,64</u>	<u>177 750,54</u>

Os movimentos na rubrica de Ativos fixos tangíveis durante o ano de 2020 são analisados como segue:

	Saldo em Abr 2020	Aquisições	Alienações / Abates	Outros	Saldo em Abr 2021
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
<b>Valor bruto</b>					
Edifícios e outras construções	130 391,89	-	-	-	130 391,89
Equipamento básico	5 327 983,74	19 776,88	-	-	5 347 760,62
Equipamento de transporte	16 415,13	-	-	-	16 415,13
Equipamento administrativo	2 667 739,36	47 848,31	-	-	2 715 587,67
Outros ativos fixos tangíveis	230 675,66	9 637,60	-	-	240 313,26
	<u>8 373 205,78</u>	<u>77 262,79</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8 450 468,57</u>
<b>Depreciações acumuladas e imparidade</b>					
Edifícios e outras construções	130 391,89	-	-	-	130 391,89
Equipamento básico	5 218 725,65	48 528,39	-	-	5 267 254,04
Equipamento de transporte	16 415,14	-	-	-	16 415,14
Equipamento administrativo	2 599 108,96	22 301,09	-	-	2 621 410,05
Outros ativos fixos tangíveis	230 813,60	182,21	-	-	230 995,81
	<u>8 195 455,24</u>	<u>71 011,69</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8 266 466,93</u>

Os movimentos na rubrica de Ativos fixos tangíveis durante o ano de 2019 são analisados como segue:

	Saldo em Abr 2019 Euro	Aquisições Euro	Alienações / Abates Euro	Outros Euro	Saldo em Abr 2020 Euro
<b>Valor bruto</b>					
Edifícios e outras construções	130 391,89	-	-	-	130 391,89
Equipamento básico	5 287 520,96	40 462,78	-	-	5 327 983,74
Equipamento de transporte	16 415,13	-	-	-	16 415,13
Equipamento administrativo	2 649 769,35	17 970,01	-	-	2 667 739,36
Outros ativos fixos tangíveis	230 675,66	-	-	-	230 675,66
	<u>8 314 772,99</u>	<u>58 432,79</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8 373 205,78</u>
	Saldo em Abr 2019 Euro	Depreciação do período Euro	Imparidade do período Euro	Alienações / Abates Euro	Saldo em Abr 2020 Euro
<b>Depreciações acumuladas e imparidade</b>					
Edifícios e outras construções	130 391,89	-	-	-	130 391,89
Equipamento básico	5 138 525,66	80 199,99	-	-	5 218 725,65
Equipamento de transporte	16 415,14	-	-	-	16 415,14
Equipamento administrativo	2 585 819,30	13 289,66	-	-	2 599 108,96
Outros ativos fixos tangíveis	230 420,47	393,13	-	-	230 813,60
	<u>8 101 572,46</u>	<u>93 882,78</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8 195 455,24</u>

As depreciações de ativos fixos tangíveis estão incluídas na linha dos “Gastos/Reversões de depreciação e de amortização” da Demonstração de Resultados por naturezas.

## 8. Ativos intangíveis

As quantias escrituradas dos ativos intangíveis são as seguintes:

	Abr 2021 Euro	Abr 2020 Euro
<b>Valor Bruto</b>		
Programas de computador	1 261 063,68	1 257 291,79
Outros ativos intangíveis	50 720,00	50 720,00
Despesas de I&D	13 493 170,54	13 493 170,54
	<u>14 804 954,22</u>	<u>14 801 182,33</u>
<b>Amortizações acumuladas e imparidade</b>		
Amortizações do período	(24 727,22)	(28 485,97)
Amortizações acumuladas de períodos anteriores	(14 761 245,15)	(14 732 759,18)
	<u>(14 785 972,37)</u>	<u>(14 761 245,15)</u>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<u>18 981,85</u>	<u>39 937,18</u>

Os movimentos da rubrica de ativos intangíveis durante o período de Ano 2020 são analisados como segue:

	Saldo em Abr 2020 Euro	Aquisições Euro	Alienações / Abates Euro	Outros Euro	Saldo em Abr 2021 Euro
<b>Valor bruto</b>					
Programas de computador	1 257 291,79	3 771,89	-	-	1 261 063,68
Outros ativos intangíveis	50 720,00	-	-	-	50 720,00
Despesas de I&D	13 493 170,54	-	-	-	13 493 170,54
	<u>14 801 182,33</u>	<u>3 771,89</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14 804 954,22</u>

	Saldo em Abr 2020 Euro	Amortização do período Euro	Imparidade do período Euro	Alienações / Abates Euro	Saldo em Abr 2021 Euro
<b>Amortizações acumuladas e imparidade</b>					
Programas de computador	1 229 567,89	19 655,22	-	-	1 249 223,11
Outros ativos intangíveis	38 506,72	5 072,00	-	-	43 578,72
Despesas de I&D	13 493 170,54	-	-	-	13 493 170,54
	<u>14 761 245,15</u>	<u>24 727,22</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14 785 972,37</u>

Os movimentos da rubrica de ativos intangíveis durante o período de Ano 2019 são analisados como segue:

	Saldo em Abr 2019 Euro	Aquisições Euro	Alienações / Abates Euro	Outros Euro	Saldo em Abr 2020 Euro
<b>Valor bruto</b>					
Programas de computador	1 250 169,53	7 122,26	-	-	1 257 291,79
Outros ativos intangíveis	50 720,00	-	-	-	50 720,00
Projectos de Desenvolvimento	13 493 170,54	-	-	-	13 493 170,54
	<u>14 794 060,07</u>	<u>7 122,26</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14 801 182,33</u>

	Saldo em Jan 2019 Euro	Amortização do período Euro	Imparidade do período Euro	Alienações / Abates Euro	Saldo em Abr 2020 Euro
<b>Amortizações acumuladas e imparidades</b>					
Programas de computador	1 206 153,92	23 413,97	-	-	1 229 567,89
Outros activos intangíveis	33 434,72	5 072,00	-	-	38 506,72
Projectos de Desenvolvimento	13 493 170,54	-	-	-	13 493 170,54
	<u>14 732 759,18</u>	<u>28 485,97</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14 761 245,15</u>

As amortizações de ativos intangíveis estão incluídas na linha dos "Gastos/ Reversões de depreciação e de amortização" da Demonstração de Resultados por naturezas.

## 9. Outros investimentos financeiros

A rubrica Outros investimentos financeiros é analisada como segue:

	Saldo em Abr 2020 Euro	Aumentos Euro	Diminuições Euro	Transferências Euro	Saldo em Abr 2021 Euro
Fundo Compensação dos Trabalhadores	22 981,26	7 652,91	(1 040,29)	-	29 593,88
	22 981,26	7 652,91	(1 040,29)	-	29 593,88

	Saldo em Abr 2019 Euro	Aumentos Euro	Diminuições Euro	Transferências Euro	Saldo em Abr 2020 Euro
Fundo Compensação dos Trabalhadores	16 795,16	7 426,07	(1 239,97)	-	22 981,26
	16 795,16	7 426,07	(1 239,97)	-	22 981,26

## 10. Outros créditos a receber

A rubrica Outros créditos a receber é analisada como segue:

	Abr 2021 Euro	Abr 2020 Euro
<b>Outros créditos a receber - Correntes</b>		
Adiantamento a fornecedores (Corrente)	60 000,00	24 957,11
Fornecedores (saldos devedores) (Corrente)	56 730,56	25 174,30
Fornecedores de Investimentos (saldos devedores)	198,76	497,32
Out- Devedores - Saldos com pessoal	2 439,80	385,93
Out- Devedores por acréscimo de rendimento	892 871,83	923 835,49
Out- Devedores (Cauções)	18 373,91	25 350,00
	<u>1 030 614,86</u>	<u>1 000 200,15</u>

O montante relativo a Cauções refere-se ao valor de direitos aduaneiros pagos à Autoridade Tributária em processos de importação temporária.

O montante relativo a acréscimo de rendimento refere-se a serviços prestados por entidades terceiras no apoio a contratos de fornecimento que a 30 de Abril de 2021 já tinham sido prestados e ainda não faturados.

## 11. Imposto sobre o rendimento

A Empresa regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os ativos e passivos determinados numa ótica contabilística e numa ótica fiscal, o qual é analisado como segue:

	Abr 2021 Euro	Abr 2020 Euro
Imposto corrente	1 226 092,00	172 123,31
Impostos diferidos	(5 823,70)	(14 049,43)
	<u>1 220 268,30</u>	<u>158 073,88</u>

A rubrica impostos diferidos é analisada como segue:

	Activos por Impostos Diferidos	
	Abr 2021 Euro	Abr 2019 Euro
Provisões para garantias	107 347,88	97 283,00
Amortizações não aceites fiscalmente	-	-
Processos judiciais em curso	2 206,47	2 488,17
Clientes cobrança Duvidosa	-	42,60
IFRS 16	411,91	435,45
Direitos sobre opções de acções	15 924,36	23 517,62
Imparidades em inventários	81 958,28	78 258,36
	<u>207 848,90</u>	<u>202 025,20</u>

Os impostos diferidos são calculados tendo por base uma taxa de imposto de 21.

O movimento ocorrido nos impostos diferidos para o período de 2020 foi o seguinte:

	Saldo inicial Euro	Constituição/ Reversão em resultados Euro	Constituição/ Reversão em Capital Próprio Euro	Saldo Final Euro
<b>Imposto diferido activo</b>				
Outros *	-	-	-	-
Provisões para garantias	97 283,00	10 064,68	-	107 347,68
Amortizações não aceites fiscalmente	0,00	-	-	0,00
Processos judiciais em curso	2 488,17	(281,70)	-	2 206,47
Clientes cobrança Duvidosa	42,60	(42,60)	-	-
IFRS 16	435,45	(23,54)	+	411,91
Direitos sobre opções de acções	23 517,62	(7 593,06)	-	15 924,56
Imparidades em inventários	78 258,36	3 699,92	-	81 958,28
	<u>202 025,20</u>	<u>5 823,70</u>	-	<u>207 848,90</u>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos para o período de 2019 foi o seguinte:

	Saldo inicial	Constituição/ Reversão em	Constituição/ Reversão em	Saldo Final
	Euro	resultados	Capital Próprio	Euro
		Euro	Euro	
<b>Imposto diferido activo</b>				
Outros *	-	-	-	-
Provisões para garantias	95 446,80	1 836,20	-	97 283,00
Amortizações não aceites fiscalmente	6 013,52	(6 013,52)	-	0,00
Processos judiciais em curso	5 019,16	(2 530,99)	-	2 488,17
Clientes cobrança Duvidosa	-	42,60	-	42,60
IFRS 16	-	435,45	-	435,45
Direitos sobre opções de acções	-	23 517,62	-	23 517,62
Imparidades em inventários	81 496,29	(3 237,93)	-	78 258,36
	<u>187 975,77</u>	<u>14 049,43</u>	<u>-</u>	<u>202 025,20</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de IRC, em 30 de abril de 2021 e 2020, é analisada como segue:

	Abr 2021	Abr 2020
	Euro	Euro
Resultados antes de impostos	5 206 939,11	3 053 840,86
Taxa nominal de imposto	0,21	0,21
Imposto esperado	<u>1 093 457,21</u>	<u>641 306,58</u>
Diferenças permanentes		
variações patrimoniais	-	-
Benefícios Fiscais	(3 740,00)	(1 280,00)
Multas e Coimas	120,00	-
Direitos sobre opções de Acções	-	51 334,78
Custos de períodos anteriores	13 489,62	4 653,68
Diferenças temporárias	-	(250 261,40)
Imparidades e Provisões	131 954,05	267 383,93
Matéria colectável / colecta	<u>5 348 762,78</u>	<u>3 125 671,85</u>
Imposto	1 123 240,19	656 391,09
Tributação autónoma	56 915,99	72 000,00
Derrama	-	37 508,06
Derrama Estadual	115 462,88	48 770,16
Benefícios Fiscais	-	(659 654,94)
imposto de exercicios anteriores	(69 527,06)	17 108,94
Imposto corrente	<u>1 226 092,00</u>	<u>172 123,31</u>
Imposto diferido	<u>(5 823,70)</u>	<u>(14 049,43)</u>
Imposto sobre o Rendimento do Período	<u>1 220 268,30</u>	<u>158 073,88</u>
	<u>0,23</u>	<u>0,12</u>

## 12. Inventários

A rubrica Inventários, líquida de imparidade, é analisada como segue:

Inventários	Abr 2021 Euro	Abr 2020 Euro
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 101 704,35	1 047 069,39
Produtos acabados e intermédios	403 959,50	278 302,34
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-
Produtos e trabalhos em curso	1 942 705,33	2 542 752,17
	<u>3 448 369,18</u>	<u>3 868 123,90</u>

A empresa verifica a recuperabilidade dos seus inventários realizando uma análise de rotação de stocks e identificados os itens sem rotação por um período superior a 5 anos resultando deste processo a avaliação do montante de stocks em imparidade e efetuado o conseqüente registo.

No exercício findo em 30 de abril de 2021 o montante de inventários em imparidade foi como segue:

Imparidade de inventários	Abr 2021 Euro	Abr 2020 Euro
Perdas por imparidade	(37 762,39)	-
Reversões de perdas por imparidade	-	14 585,27
	<u>(37 762,39)</u>	<u>14 585,27</u>

O movimento da imparidade de inventários a 30 de Abril de 2021 é como segue:

	Saldo em Abr 2020 Euro	Reforço Euro	Reversões Euro	Saldo em Abr 2021 Euro
Matérias-primas	352 515,15	37 762,39	-	390 277,54
	<u>352 515,15</u>	<u>37 762,39</u>	<u>-</u>	<u>390 277,54</u>

### 13. Clientes

A rubrica Clientes é analisada como segue:

	Abr 2021	Abr 2020
	Euro	Euro
<b>Clientes</b>		
Clientes	10 968 961,69	6 382 725,45
Clientes - Partes relacionadas (Nota 39)	29 430,40	23 720,63
Clientes - de cobrança duvidosa	328 708,15	324 219,45
<b>Valor Bruto</b>	<b>11 327 100,24</b>	<b>6 730 665,53</b>
Perdas por imparidade	324 219,45	324 219,45
Perdas por imparidade do período	4 488,70	-
<b>Imparidades acumuladas</b>	<b>(328 708,15)</b>	<b>(324 219,45)</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>10 998 392,09</b>	<b>6 406 446,08</b>

A rubrica de clientes conta corrente no montante de 10.968.961,69 euros (6.382.725,45 euros em Abril de 2020) contém saldos de clientes de curto prazo. Encontra-se reconhecida uma imparidade por dívidas consideradas de cobrança duvidosa no valor de 328.708,15 euros, sendo a sua antiguidade distribuída da seguinte forma:

	Entre 1 e 90 Dias	Entre 91 e 180 Dias	Entre 181 e 360 Dias	Entre 361 e 720 Dias	> 720 dias	Total
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Clientes	80 253,36	8 920,97	156 710,47	-	17 853,88	10 998 392,09
Clientes-de cobrança duvidosa	-	-	-	-	328 708,15	328 708,15
	<b>80 253,36</b>	<b>8 920,97</b>	<b>156 710,47</b>	<b>-</b>	<b>346 562,03</b>	<b>11 327 100,24</b>

Os saldos cuja antiguidade é superior a 720 dias e não respeitam a partes relacionadas, já se encontram ajustados, sendo expectativa da gestão que o saldo entre 181 e 360 dias seja recuperável.

Em 30 de abril de 2021, o movimento das perdas por imparidade de clientes, é analisado como segue:

	Saldo em Abr 2020	Dotações do período	Reversões	Utilizações	Saldo em Abr 2021
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Clientes - de cobrança duvidosa	324 219,45	4 488,70	-	-	328 708,15
	<b>324 219,45</b>	<b>4 488,70</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>328 708,15</b>

Em 30 de abril de 2020 o movimento das perdas por imparidade de clientes, é analisado como segue:

	Saldo em Abr 2019	Dotações do período	Reversões	Utilizações	Saldo em Abr 2020
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Clientes - de cobrança duvidosa	339 009,45	-	(14 790,00)	-	324 219,45
	<b>339 009,45</b>	<b>-</b>	<b>(14 790,00)</b>	<b>-</b>	<b>324 219,45</b>

#### 14. Estado e outros entes públicos

A rubrica Estado e outros entes públicos a receber e a pagar são analisadas como segue:

	Abr 2021		Abr 2020	
	A receber Euro	A pagar Euro	A receber Euro	A pagar Euro
<b>Estado e outros entes públicos</b>				
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Processo fiscal	320 473,23	-	-	-
Estimativa imposto	-	549 406,63	-	145 801,38
Benefícios Fiscais	-	-	-	-
Retenções na fonte	-	-	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	72 644,90	-	77 228,50
Imposto sobre o valor acrescentado	-	363 624,74	-	439 847,86
Reembolsos de IVA	-	-	-	-
Contribuições para a Segurança Social	-	105 577,81	487,14	107 523,54
	<u>320 473,23</u>	<u>1 091 254,08</u>	<u>487,14</u>	<u>770 401,28</u>

#### 15. Diferimentos

A rubrica Diferimentos ativos é analisada como segue:

	Abr 2021 Euro	Abr 2020 Euro
<b>Diferimentos Activos</b>		
Rendas	55 978,68	57 100,60
Seguros	109 200,43	114 712,25
Outros	27 635,73	16 851,26
	<u>192 814,84</u>	<u>188 664,11</u>

A rubrica Diferimentos passivos é analisada como segue:

	Abr 2021 Euro	Abr 2020 Euro
<b>Diferimentos Passivos</b>		
Rendimentos diferidos	1 244 407,50	2 295 693,41
	<u>1 244 407,50</u>	<u>2 295 693,41</u>

## 16. Capital realizado

O capital social de 1.100.000 euros, representado por 220.000 ações ordinárias de valor nominal de 5 euros cada, encontra-se integralmente realizado a 30 de Abril de 2021, sendo detido por:

	Abr 2021		Abr 2020	
	Euro		Euro	
	Capital Subscrito	%	Capital Subscrito	%
<b>Entidade:</b>				
Thunderwaves, S.A.	880 000,00	80,00%	880 000,00	80,00%
Empordef, SGPS	198 000,00	18,00%	198 000,00	18,00%
IAPMEI, I.P.	22 000,00	2,00%	22 000,00	2,00%
	<u>1 100 000,00</u>	<u>100,00%</u>	<u>1 100 000,00</u>	<u>100,00%</u>

	Abr 2019	Abr 2018
	Euro	Euro
<b>Resultados</b>		
Resultado líquido no período	<u>3 986 670,81</u>	<u>2 895 766,98</u>
<b>Número de ações</b>		
Ações detidas	<u>220 000</u>	<u>220 000</u>
<b>Resultado por ação</b>	<u>18,12</u>	<u>13,16</u>

No exercício findo em 30 de abril de 2021 não se verificaram alterações na composição acionista.

## 17. Prémios de emissão

A 30 de Abril de 2021 existe um prémio de emissão de ações no montante de 300.000 euros.

## 18. Reservas Legais

Em conformidade com o artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital da sociedade. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

	Abr 2021	Abr 2020
	Euro	Euro
Reservas Legais	<u>307 210,12</u>	<u>307 210,12</u>
	<u>307 210,12</u>	<u>307 210,12</u>

## 19. Outras reservas

A empresa regista em Outras reservas os resultados positivos aprovados em Assembleia Geral ainda não distribuídos aos Acionistas, não existindo reservas não distribuíveis.

Durante o período findo em 30 de abril de 2021, os movimentos em outras Reservas foram os seguintes:

	<u>Abr 2021</u>	<u>Abr 2020</u>
	<u>Euro</u>	<u>Euro</u>
Outras Reservas	<u>1 599 881,61</u>	<u>1 629 986,55</u>
	<u>1 599 881,61</u>	<u>1 629 986,55</u>

A variação verificada na rubrica Outras Reservas reflete a aplicação da IFRS 2- Pagamento com base em ações e corresponde á variação decorrente do exercício de 2020 corresponder ao exercício de início de período de aquisição.

## 20. Resultados transitados

Durante o período findo em 30 de abril de 2020, os movimentos em Resultados Transitados foram os seguintes:

- Aplicação de Resultados do Período findo a 30 de Abril de 2019;
- Transferência resultante da aplicação da IFRS 2- Pagamento com base em ações e corresponde á variação decorrente de o exercício de 2020 corresponder ao exercício de início de período de aquisição.

O resultado líquido do período anterior no montante de 2.895.766,98 Euros foi transferido para a rubrica acionistas a título de dividendos conforme aprovado na Assembleia Geral ocorrida em 18 de Janeiro de 2021.

Durante o período do exercício, os movimentos em Resultados Transitados foram os seguintes:

	<u>Abr 2021</u>	<u>Abr 2020</u>
	<u>Euro</u>	<u>Euro</u>
Resultados transitados	<u>4 487 138,33</u>	<u>5 888 219,57</u>
	<u>4 487 138,33</u>	<u>5 888 219,57</u>

O pagamento dos dividendos conforme deliberado nas Assembleias Gerais de 3 de dezembro de 2019 e 18 de Janeiro de 2021 encontra-se suspenso em virtude de providência cautelar e acção interposta pelo acionista minoritário Empordef,S.G.P.S.

## 21. Ajustamentos/outras variações no capital próprio

Não se verificaram alterações em rubricas de capital próprio que não as anteriormente descritas.

## 22. Provisões

O detalhe das provisões reconhecidas é apresentado como segue:

	Abr 2021	Abr 2020
	Euro	Euro
Garantias a clientes	511 180,40	464 719,22
Outras provisões	10 507,50	46 162,04
	<u>521 687,90</u>	<u>510 881,26</u>

O movimento das provisões, é analisado como segue:

	Saldo em Abr 2020	Reforços do período	Reversões	Utilizações	Saldo em Abr 2021
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Garantias a clientes	454 211,72	258 734,69	(53 922,74)	(147 843,27)	511 180,40
Outras provisões	10 507,50	-	-	-	10 507,50
	<u>464 719,22</u>	<u>258 734,69</u>	<u>(53 922,74)</u>	<u>(147 843,27)</u>	<u>521 687,90</u>

O montante de provisões registadas no exercício refere-se aos gastos em que a empresa espera incorrer para fazer face a custos no âmbito de garantia a clientes relativos a contractos de fornecimento e prestação de serviços concluídos durante o ano de 2020 e que correspondem à melhor estimativa da empresa face a obrigações contractuais inerentes aos referidos contratos.

O prazo de garantia a clientes de produtos e serviços fornecidos pela empresa varia consoante o produto e contrato não sendo inferior a 6 meses nem superior a 39 meses.

## 23. Outras dívidas a pagar

A rubrica Outras dívidas a pagar é analisada como segue:

	Abr 2021	Abr 2020
	Euro	Euro
<b>Outras dívidas a pagar - Correntes</b>		
Outros Credores - Partes Relacionadas (Nota 40)	-	-
Cred. Acr. Gastos Remunerações a Liquidar	1 306 358,18	1 202 358,12
Cred. Acr. Gastos Remunerações - Pagamento em acções	-	-
Cred. Acr. Gastos FSE	27 302,41	-
Cred. Acr. Gastos Auditoria	19 800,00	26 000,00
Cred.Acr.Gastos em projectos	951 018,50	78 017,83
Out. Cred. Acr. Gastos - Adiantamento por conta de vendas	69 201,67	232 398,22
Out. Credores Diversos - saldos com pessoal	2 881,42	2 009,91
Out. Credores - Fornecedores de Activos	2 343,44	13 420,55
Out. Credores Diversos	2 721,20	683,04
	<u>2 381 626,82</u>	<u>1 554 887,67</u>

## 24. Fornecedores

A rubrica Fornecedores é analisada como segue:

Fornecedores	Abr 2021	Abr 2020
	Euro	Euro
Fornecedores	2 859 613,66	2 160 380,84
Fornecedores - Partes relacionadas (Nota 39)	930 000,00	595 836,65
Facturas em recepção e conferência	-	-
	<u>3 789 613,66</u>	<u>2 756 217,49</u>

## 25. Adiantamentos a clientes

A rubrica Adiantamentos a clientes é analisada como segue:

Adiantamentos de clientes	Abr 2021	Abr 2020
	Euro	Euro
	5 199,97	5 199,97
	<u>5 199,97</u>	<u>5 199,97</u>

## 26. Vendas e Serviços Prestados

A rubrica Vendas e Prestações de Serviços é analisada como segue:

	Abr 2021	Abr 2020
	Euro	Euro
Venda de bens	21 668 176,03	19 811 817,13
Prestação de serviços	2 302 988,08	916 766,67
	<u>23 971 164,11</u>	<u>20 728 583,80</u>

As vendas e prestações de serviço por mercado analisam-se como segue:

Venda de bens	Abr 2021	Abr 2020
	Euro	Euro
Mercado interno	4 848 500,81	7 225 625,02
Mercado Externo	16 819 675,22	12 586 192,11
	<u>21 668 176,03</u>	<u>19 811 817,13</u>
Prestação de serviços	Abr 2021	Abr 2020
	Euro	Euro
Mercado interno	421 228,72	125 596,61
Mercado Externo	1 881 759,36	791 170,06
	<u>2 302 988,08</u>	<u>916 766,67</u>

## 27. Subsídios

A rubrica Subsídios é analisada como segue:

	Abr 2021	Abr 2019
	Euro	Euro
<b>Subsídios à exploração</b>		
Segurança Social (COVID-19)	-	487,14
IEFP - ( Medida estágio emprego )	-	-
	-	487,14

A empresa apresentou no exercício a candidatura ao SIFIDE (Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial) a qual apresentava um total de benefício fiscal apurado de 742.580,36 euros, no entanto não tendo obtido a respetiva certificação, até à data, não reconhece o mesmo nas demonstrações financeiras.

Para o exercício findo em 30 de Abril de 2021 a empresa encontra-se a preparar a candidatura ao SIFIDE estimando que o montante do subsidio a possa ascender a 1.889.064 euros.

Por prudência a Empresa não reconhece um ativo por imposto diferido, já que apenas quando é aprovada a candidatura tem o direito a esse benefício fiscal.

## 28. Variação nos inventários da produção

A rubrica de Variação nos inventários da produção é analisada como segue:

	Abr 2021	Abr 2020
	Euro	Euro
Saldo inicial	2 821 054,51	4 204 024,69
Regularização de existências	-	-
Saldo final	2 346 664,83	2 821 054,51
Variação nos inventários da produção	(474 389,68)	(1 382 970,18)

## 29. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas é analisada como segue:

	Abr 2021	Abr 2020
	Euro	Euro
Saldo inicial	1 399 584,54	1 813 379,30
Compras	8 633 540,42	6 563 252,62
Regularização de inventários	5 138,71	8 851,37
Saldo final	1 101 704,35	1 399 584,54
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8 936 559,32	6 985 898,75

### 30. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

	Abr 2021	Abr 2020
	Euro	Euro
Subcontratos	950 151,51	800 575,62
Serviços Especializados	1 149 684,93	1 415 995,53
dos quais		
Trabalhos especializados	382 225,56	202 020,13
Publicidade e propaganda	3 767,00	208 165,52
Honorários	513 722,96	686 719,20
Serviços bancários	50 220,12	66 703,90
Materiais	72 468,65	32 765,71
Energia e Fluidos	179 579,10	186 669,30
Deslocações, Estadas e Transportes	195 641,45	249 157,06
Serviços diversos	744 992,67	707 027,01
	<u>3 292 518,31</u>	<u>3 392 190,23</u>

Não se verificaram variações expressivas no exercício que não sejam decorrentes fundamentalmente do aumento dos gastos associados com um maior volume de negócios no exercício, nomeadamente no mercado externo.

A rubrica honorários inclui gastos de gestão debitados pelo Acionista Cohort,Plc no montante de 390.000 euros.

### 31. Gastos com o pessoal

A rubrica de Gastos com o pessoal é analisada como segue:

	Abr 2021	Abr 2020
	Euro	Euro
Remunerações	4 431 650,51	4 510 129,93
Prémios e gratificações	173 000,00	27 284,35
Encargos sobre remunerações	983 609,05	1 011 349,80
Seguros Acidentes de Trabalho	22 300,49	27 071,32
Cessação de Contrato de Trabalho	166 925,72	22 579,41
Formação	12 748,07	23 098,38
Outros Gastos com o Pessoal	32 003,68	67 103,98
dos quais Share Options	37 222,98	51 334,78
	<u>5 859 460,50</u>	<u>5 688 617,17</u>

O número médio de pessoas ao serviço da empresa em 2020 foi de 128 (136 em 2019).

As remunerações do pessoal chave da Gestão durante os períodos findos em 30 de Abril de 2021 e 30 de Abril de 2020 são como segue:

	Abr 2021	Abr 2020
	Euro	Euro
Remunerações Orgãos Sociais	378 856,17	288 260,00
Benefícios pós-emprego	-	-
	<u>378 856,17</u>	<u>288 260,00</u>

A rubrica outros gastos com pessoal inclui o montante de 37.222,98 euros relativos ao valor de direitos de opção de compra de acções da empresa Cohort,Plc, no âmbito do plano de direitos de opções de acções do Grupo.

O montante referido a titulo de Share Options decorre da aplicação da norma IFRS2 no que respeita a atribuição de acções pelo Accionista Cohort,PLC de acções próprias a quadros da EID.

### 32. Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

A rubrica Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) é analisada como segue:

	Abr 2021	Abr 2020
	Euro	Euro
Imparidade de dívidas a receber		
Perdas por imparidade	(4 488,70)	-
Reversões de perdas por imparidade	-	14 790,00
	<u>(4 488,70)</u>	<u>14 790,00</u>

### 33. Provisões (aumentos/reduções)

A rubrica Provisões (aumentos/reduções) respeita a estimativa de gastos futuros e é analisada como segue:

	Abr 2021	Abr 2020
	Euro	Euro
<b>Provisões para riscos e encargos</b>		
Aumentos de provisões	(258 734,69)	(275 038,46)
Redução de provisões	<u>201 766,01</u>	<u>250 261,40</u>
	<u>(56 968,68)</u>	<u>(24 777,06)</u>

Os valores registados na rubrica de provisões respeitam a gastos com garantias a clientes (Nota 22).

### 34. Outros rendimentos

A rubrica Outros rendimentos é analisada como segue:

	Abr 2021	Abr 2020
	Euro	Euro
Rendimentos Suplementares	30 356,81	26 020,11
Excesso de estimativa p/impostos	-	-
Diferenças de câmbio favoráveis	27 120,21	3 374,61
Outros não especificados	101 999,04	1 286,50
	<u>159 476,06</u>	<u>30 681,22</u>

### 35. Outros gastos

A rubrica Outros gastos é analisada como segue:

	Abr 2021	Abr 2020
	Euro	Euro
Impostos	335,26	358,43
Diferenças de câmbio desfavoráveis	10 023,34	12 413,49
Quotizações Empresariais	7 480,00	6 400,00
Multas fiscais e não fiscais	120,00	-
Outros gastos	23 989,62	2 983,01
	<u>41 948,22</u>	<u>22 154,93</u>

### 36. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

	Abr 2021	Abr 2020
	Euro	Euro
Ativos fixos tangíveis (Nota 7)	193 604,12	208 337,46
Ativos Intangíveis (Nota 8)	24 727,22	28 485,97
	<u>218 331,34</u>	<u>236 823,43</u>

### 37. Resultados financeiros

Os Juros e rendimentos similares obtidos são analisados como segue:

	Abr 2021	Abr 2020
	Euro	Euro
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros de depósitos	-	-
Outros juros	38,17	61,95
	<u>38,17</u>	<u>61,95</u>

Os juros e gastos similares suportados detalham-se de seguida:

	Abr 2021 Euro	Abr 2020 Euro
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros direito de uso (IFRS16)	1 312,11	1 916,77
	<u>1 312,11</u>	<u>1 916,77</u>

### 38. Compromissos

A empresa apresenta compromissos futuros com:

Locações operacionais:

	Abr 2021 Euro	Abr 2020 Euro
<b>Pagamentos futuros:</b>		
Menos de um ano	50 447,34	46 162,04
Entre um e cinco anos	41 620,53	112 361,46
	<u>92 067,87</u>	<u>158 523,50</u>

O montante de locações operacionais difere dos valores mencionados na nota relativa à aplicação da IFRS 16 por incluir contratos não abrangidos pela adoção desta norma.

Outros compromissos:

	Abr 2020 Euro	Abr 2019 Euro
<b>Pagamentos futuros:</b>		
Menos de um ano	335 872,08	334 167,84
Entre um e cinco anos	-	-
	<u>335 872,08</u>	<u>334 167,84</u>

A rubrica outros compromissos compreende os valores de renda das instalações fabris e comerciais.

O contrato de arrendamento do edifício é renovado anualmente sendo expectativa da empresa que o mesmo possa não vir a ser alvo de renovação anual.

A 30 de abril de 2021 a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, nomeadamente para bom cumprimento de contratos e adiantamentos recebidos de clientes, no montante global de 3.330.269,21 euros.

### 39. Partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas em 30 de Abril de 2021 são analisados conforme segue:

	Clientes	Fornecedores	Créditos a receber	Outros créditos a receber	Outras dívidas a pagar (não corrente)	Outras dívidas a pagar (corrente)
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Cohort,PLC	-	930 000,00	-	-	-	-
Empordef-Ti,S.A.	14 196,67	-	-	-	-	-
Edisoft,S.A.	9 630,13	-	-	-	-	-
SEA, Ltd	-	-	-	-	-	-
Geral Lazarim,S.A.	5 603,60	27 989,34	-	-	-	-
	<u>29 430,40</u>	<u>957 989,34</u>	-	-	-	-

Os saldos com partes relacionadas em 30 de Abril de 2020 são analisados conforme segue:

	Clientes	Fornecedores	Créditos a receber	Outros créditos a receber	Outras dívidas a pagar (não corrente)	Outras dívidas a pagar (corrente)
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Cohort,PLC	-	539 999,99	-	-	-	-
Empordef-Ti,S.A.	8 486,90	-	-	-	-	-
Edisoft,S.A.	9 630,13	-	-	-	-	-
Empordef,S.G.P.S.	-	-	-	-	-	-
Geral Lazarim,S.A.	5 603,60	27 847,32	-	-	-	-
	<u>23 720,63</u>	<u>567 847,31</u>	-	-	-	-

As transações efetuadas com partes relacionadas no período são analisadas conforme segue:

	Compras	Prestação de Serviços	Fornecimentos e Serviços Externos	Outros gastos	Outros rendimentos	Juros e gastos similares	Recebimento Dividendos	Pagamento Dividendos
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Cohort,PLC	-	-	446 042,03	3 900,59	-	-	-	-
SEA, Ltd	-	47 718,00	-	-	-	-	-	-
Empordef Ti	-	-	-	-	25 993,93	-	-	-
Geral Lazarim,S.A.	-	-	335 161,98	-	-	-	-	-
	-	<u>47 718,00</u>	<u>781 204,01</u>	<u>3 900,59</u>	<u>25 993,93</u>	-	-	-

As transações efetuadas com partes relacionadas no período findo em 30 de abril de 2020 são analisadas conforme segue:

	Compras	Prestação de Serviços	Fornecimentos e Serviços Externos	Outros gastos	Outros rendimentos	Juros e gastos similares	Recebimento Dividendos	Pagamento Dividendos
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Cohort,PLC	-	-	540 000,00	102 261,20	-	-	-	-
SEA, Ltd	-	-	-	-	-	-	-	-
Empordef Ti	-	-	-	-	25 806,36	-	-	-
Geral Lazarim,S.A.	-	-	332 584,84	-	-	-	-	-
	-	-	<u>872 584,84</u>	<u>102 261,20</u>	<u>25 806,36</u>	-	-	-

#### 40. Acontecimentos após a data de balanço

A 30 de Abril de 2021 encontra-se pendente de decisão judicial acção instaurada pelo, à data, Acionista Empordef,SGPS com vista à anulação ou declaração de nulidade de deliberações sociais tomadas a 3 de Dezembro de 2019 bem como uma medida cautelar com vista à suspensão das mesmas deliberações. O referido processo judicial inclui um pedido de indemnização a favor da Sociedade contra um outro acionista e quatro administradores da Sociedade, mas não apresenta nenhum pedido de indemnização contra a Sociedade pelo que é opinião do órgão de gestão que esse processo não deverá ter repercussão negativa nos resultados financeiros da Sociedade.

A pandemia COVID-19 e as limitações á circulação decretadas, por todo o mundo, ocorreram nos últimos meses de atividade do exercício de 2019 e prolongaram-se durante este exercício, adicionalmente o recurso ao teletrabalho e redução de produção em diversos sectores de atividade e contrariamente forte incremento de outros, implicou alterações nos procedimentos e rotinas habituais e alterou ritmos e prazos de conclusões de tarefas, tendo condicionado a conclusão de projetos quer por indisponibilidade para entrega de componentes críticos quer por demora na produção de licenças e autorizações necessárias ao cumprimento de obrigações legais.

Não obstante o exercício ter beneficiado dos atrasos decorrentes no exercício anterior e que se fizeram transpor para este, o montante de rendimento que se estima não ter sido possível concretizar neste exercício ascendeu a de cerca de 863 mil euros.

Adicionalmente a impossibilidade de circular e realizar demonstrações bem como o cancelamento de feiras e certames internacionais foi deveras condicionamento á atividade comercial da empresa, cujo forte impacto se fará sentir no decorrer dos próximos exercícios e se estima poder traduzir-se numa redução de até cerca de 30% do seu volume de negócios.

No decurso da pandemia a empresa adotou as medidas de segurança preconizadas pelas autoridades sanitárias, tendo igualmente aplicado o recurso ao teletrabalho e trabalho por turnos.

Verificaram-se sete casos de infeção com SARS-CoV-2, conhecidos, havendo a lamentar um óbito.

#### 41. Política de gestão de Riscos Financeiros

A empresa procede com regularidade a uma análise dos principais fatores de risco financeiro existentes, nomeadamente o risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez.

Esta nota apresenta a informação relativa à exposição da Sociedade a cada um dos riscos anteriormente referidos, bem como os seus objetivos, políticas e práticas para a mensuração e gestão desses riscos, e a gestão de fundos da Sociedade em geral. Ao longo das presentes demonstrações financeiras, são apresentadas divulgações de cariz quantitativo que complementam esta informação.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade final pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da Sociedade. Estas políticas foram estabelecidas com o intuito de identificar e analisar os riscos que a Sociedade enfrenta, para definir limites de risco e controlos adequados e para

monitorizar a evolução desses riscos e a aderência da Sociedade aos limites que se autoimpôs. As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para se manterem aderentes à realidade das condições dos mercados e às atividades da Sociedade.

#### **Risco de liquidez**

O risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os Ativos da Sociedade, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. Esta gestão tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar as ruturas pontuais de tesouraria, mas também acionar os mecanismos tendentes à sua cobertura.

A Empresa consegue financiar a sua atividade, sem a necessidade de endividamento/recurso a linhas de crédito.

#### **Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que alterações nos preços dos mercados, como sejam câmbios de moedas estrangeiras, taxas de juro ou a evolução das bolsas de valores possam afetar os resultados da Sociedade e a sua posição financeira.

A Sociedade encontra-se exposta de forma reduzida a riscos cambiais, já que as suas transacções com os seus clientes são essencialmente em Euros e USD. O objetivo da sua política de gestão de riscos de mercado passa, essencialmente, pela monitorização da evolução das taxas de câmbio. Não são utilizados instrumentos financeiros de cobertura deste risco de mercado.

#### **Risco de crédito**

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes principalmente do incumprimento de um cliente relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com a Sociedade no âmbito da sua atividade. Esta exposição ao risco de crédito prende-se, essencialmente, com os saldos a receber decorrentes da sua atividade operacional e é influenciado pelas características individuais de cada cliente. É efetuada uma gestão permanente das carteiras de clientes e dos saldos devedores em aberto. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos associados à fase de aceitação de clientes e de definição de limites de crédito, como ao nível dos procedimentos e circuitos de cobrança.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito dos devedores da Sociedade, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas por incobrabilidade, é efectuado regularmente. Os ajustamentos para saldos a receber são estimados em função das perdas

estimadas na carteira, tendo por base uma análise de cada uma das posições em aberto à data da análise.

Para além dos saldos a receber de clientes, também a gestão de fundos monetários geridos pela empresa no âmbito da sua atividade de gestão de tesouraria pode expor a Sociedade ao risco de crédito. Como princípio orientador, a Sociedade procura alinhar a manutenção do excedente de tesouraria.

#### 42. Divulgações exigidas por diplomas legais

Informação requerida pelo Artº 66-A e pelo Artº 508-F do Código das Sociedades Comerciais:

- Não existem operações não incluídas no balanço, pelo que não haverão impactos financeiros a reportar
- Proposta de aplicação de resultados: Eur 3.986.670,81 - Distribuição de dividendos

Informações requeridas pelo artº 21º do Decreto-Lei nº 411/91 e pelo Decreto-Lei nº 534/80:

- A Empresa não tem contribuições em dívida à Segurança Social; e
- A Empresa não tem impostos em mora ao Estado.

Lazarim, 19 de Julho de 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



**RSM & Associados - Sroc, Lda**

Av do Brasil, 15-1 1749-112 Lisboa (Sede)  
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt  
Rua da Saudade 132-3 4150-682 Porto  
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt  
www.rsmpt.pt

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No exercício das competências que nos são cometidas pelo artigo 420.<sup>o</sup> do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos a atividade da EID - Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Eletrónica, S.A., durante o exercício de dois mil e vinte, tendo procedido às verificações que tivemos por necessárias e obtido da Administração e dos serviços todos os esclarecimentos solicitados.

Apreciámos o relatório de gestão, as contas do exercício e emitimos a certificação legal das contas, que aqui se dá por reproduzida.

Tudo considerado, somos de parecer que a assembleia geral anual:

- a) Aprove o relatório de gestão e as contas do exercício de 2020, apresentados pela Administração;
- b) Delibere sobre a proposta de aplicação de resultados, contida no relatório de gestão apresentado pela Administração;
- c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455.<sup>o</sup> do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 26 de Julho de 2021

O Fiscal Único



**RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA**

representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC n.º 320)

**THE POWER OF BEING UNDERSTOOD**  
AUDIT | TAX | CONSULTING



### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized initials.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 26 de Julho de 2021

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'JP' or similar initials.

RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA

representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC n.º 320)